

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

HENRIQUE FAIANI BUONGERMINO

**Análise de Livros Didáticos no Ensino Fundamental de História
(2020-2023): A Palestina entre o Colonialismo e a Resistência**

**Jaguarão
2022**

HENRIQUE FAIANI BUONGERMINO

**Análise de Livros Didáticos no Ensino Fundamental de História (2020-2023):
A Palestina entre o Colonialismo e a Resistência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Edison Bisso Cruxen

**Jaguarão
2022**

HENRIQUE FAIANI BUONGERMINO

**Análise de Livros Didáticos no Ensino Fundamental de História (2020-2023):
A Palestina entre o Colonialismo e a Resistência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Edison Bisso Cruxen
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Jônatas Marques Caratti
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de todo um percurso que realizei durante minha graduação, na cidade de Jaguarão. Gostaria de começar agradecendo minha mãe Juliana Faiani, minha irmã Ingrid Faiani Buongermino, minha vó Neide Oliveira Buongermino e minha tia Daniela de Oliveira, que são minha família e me deram muito apoio durante esta dura caminhada longe da minha terra, e nunca deixaram de me incentivar e motivar para não desistir. Gostaria de agradecer meus colegas ingressantes da turma de 2017/1, que sempre mantiveram uma união da turma e um segurando a mão do outro, chegamos em bom número neste ano final de curso e vejo eles como futuros colegas de profissão que irão fazer a diferença onde quer que atuem.

Não posso deixar neste momento de enfatizar a parceria entre os amigos e amigas que fazem parte da SDB, vocês me deram apoio diário durante esses longos anos de estadia em Jaguarão, agradeço cada risada e momento bom que passamos juntos, levarei a amizade de vocês para o resto da minha vida.

O curso de Licenciatura em História me ensinou muito mais do que ser um professor de História, me formou enquanto ser que busca incessantemente igualdade e respeito entre todas as pessoas, e isso só pode ser alcançado devido as aulas, que independente do professor que a ministre, existe a preocupação de ser ensinado diferentes formas e perspectivas de ver e entender o mundo em que vivemos. Nesse momento gostaria de agradecer o professor doutor Jônatas Marques Caratti, por ter acreditado no potencial que os meninos da turma de 2017 tem e por ter aberto a porta da pesquisa sobre o Ensino de História, o senhor foi fundamental para mim em momentos de incertezas dentro da caminhada no curso, e as experiências que me foi proporcionada pelo Laboratório de Pesquisa em Ensino de História e pelo Programa de Bolsas de Iniciação à Docência, no qual o senhor me orientou, foram fundamentais na formação enquanto educador. Gostaria também de agradecer o orientador deste trabalho, o professor doutor Edison Bisso Cruzen, por ter me convidado para dar vida ao Laboratório de Estudos da História do Mundo Árabe e Islã (LEHMAI), onde nasceu não só o laboratório, mas a parceria que fez com que esse trabalho fosse possível.

Queria deixar aqui meu agradecimento aos meus sogros Isabel Cristina e João Gabriel, que são minha família aqui na cidade de Jaguarão, serei eternamente grato pelo carinho e apoio que me foi dado durante todo esse tempo. Também agradeço minha namorada Gabriela Almeida Abreu, por ser minha companheira em todos os momentos, sejam eles bons ou ruins.

Por fim, gostaria de agradecer a todos/as os/as funcionários/as terceirizados/as da Universidade Federal do Pampa, que mantêm o funcionamento pleno dessa instituição e que sem eles não seria possível que o trabalho de todas as outras categorias acontecesse.

"Nós serviremos as mesas de nossos novos senhores,
Ficaremos nas cozinhas, lavando suas louças,
Caminharemos de cabeça baixa nas ruas que já foram
nossas,
Inundaremos as avenidas com nossas revoltas,
Ensinaremos as novas gerações a resistirem,
Seremos espancados e humilhados,
Encheremos suas prisões com o nosso orgulho,
Mas nós ainda continuaremos aqui,
Sempre continuaremos aqui,
Esta terra nos pertence".

Amos Gitai - Kedma (2002)

RESUMO

O objeto de pesquisa a ser explorado neste Trabalho de Conclusão Curso parte do seguinte questionamento: Como é abordado o “conflito” Israel-Palestina, a história da Palestina e a criação do Estado de Israel no ensino fundamental no Brasil? Este trabalho tem como objetivo investigar qual forma é representada (e se é representada) a colonização do território palestino nos livros didáticos do ensino fundamental. Apresentamos os princípios que para nós norteiam o Ensino de História e uma educação multicultural, que deve buscar temas que valorizam culturas e povos que são silenciados ao longo da história. Trazemos o papel do livro didático como ferramenta de auxílio ao educador em sala de aula e diretrizes que regulam sua distribuição. Realizamos uma contextualização histórica do território palestino, por meio de uma revisão bibliográfica baseada na historiografia contemporânea. Analisamos, de maneira qualitativa, três livros didáticos selecionados, que estão previstos para utilização nas escolas entre os anos de 2020 e 2023. Neste momento da pesquisa buscamos identificar elementos que constituem a construção de suas narrativas sobre a história da Palestina.

Palavras-chave: Palestina; Ensino de História; Livros Didáticos.

ABSTRACT

El objeto de investigación a ser explorado en este Trabajo de Conclusión del Curso parte de la siguiente pregunta: ¿Cómo es el “conflicto” Israel-Palestina, la historia de Palestina y la creación del Estado de Israel en la educación básica en Brasil? Este trabajo tiene como objetivo investigar de qué forma se representa (y si se representa) la colonización del territorio palestino en los libros de texto de la escuela primaria. Presentamos los principios que para nosotros orientan la Enseñanza de la Historia y una educación multicultural, que debe buscar temas que valoren culturas y pueblos silenciados a lo largo de la historia. Traemos el papel del libro de texto como herramienta de ayuda al educador en el aula y las pautas que regulan su distribución. Realizamos una contextualización histórica del territorio palestino, a través de una revisión bibliográfica basada en la historiografía contemporánea. Analizamos, de forma cualitativa, tres libros de texto seleccionados, que están previstos para su uso en las escuelas entre los años 2020 y 2023. En este momento de la investigación buscamos identificar elementos que constituyan la construcción de sus narrativas sobre la historia de Palestina.

Palabras clave: Palestina; Enseñanza de la Historia; Libros de texto.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Mural representando o líder palestino Yasser Arafat	49
Imagem 2 - Palestinos fugindo de suas casas rumo ao Líbano	50
Imagem 3 - Menino palestino segurando um cartaz com a foto de Yasser Arafat	50
Imagem 4 - Apoiadores da OLP na cidade de Gaza	51
Imagem 5 - Soldados sírios se rendendo ao exército israelense	51
Imagem 6 - Imagem de jovens palestinos jogando pedras durante a primeira Intifada	52
Imagem 7 - Manifestação de jovens do grupo Hamas	52
Imagem 8 - Jovem palestino atirando pedras em soldados israelenses	53
Imagem 9 - Mapa do Oriente Médio contemporâneo	54
Imagem 10 - Partilha da Palestina Proposta pela ONU em 1947	54
Imagem 11 - Palestina em 1949	54
Imagem 12 - Mapa da Palestina após 1967	55
Imagem 13 - Pescadores palestinos em Gaza	63
Imagem 14 - Yasser Arafat em 2002	63
Imagem 15 - Mapa da divisão política do Oriente Médio contemporâneo	64
Imagem 16 - Mapa da partilha feita pela ONU em 1947	64
Imagem 17 - Refugiada palestina com seu filho	70
Imagem 18 - Yasser Arafat em 1974	71
Imagem 19 - Desenho feito em 2010 por crianças do Centro de Saúde Mental de Gaza	72
Imagem 20 - Menino palestino caminhando abraçado a um menino israelense	72
Imagem 21 - Mapa da divisão do Oriente Médio realizado pela Liga das Nações	73
Imagem 22 - Mapa da partilha da Palestina proposta pela ONU	74
Imagem 23 - Mapa da expansão israelense durante a Guerra dos Seis Dias	74

SUMÁRIO

Introdução	11
I. O Livro Didático em Questão	13
1.1 Livros Didáticos como recursos para o Ensino de História	13
1.2 Livros Didáticos como objetos da Cultura Escolar	17
II. Palestina entre o Colonialismo e a Resistência	19
2.1 A Palestina Histórica e o Movimento Sionista	19
2.2 O Mandato Britânico e a Grande Greve de 1936	22
2.3 O Plano Dalet e a Nakba	27
2.4 A Longa Resistência Palestina	32
III. Análise dos Livros Didáticos	40
3.1 Metodologia de análise	40
3.2 História.doc	41
3.3 Historiar	59
3.4 História: Sociedade & Cidadania	65
Considerações	76

Introdução

O objeto de pesquisa a ser explorado neste Trabalho de Conclusão Curso parte do seguinte questionamento: Como é abordado o “conflito”¹ Israel-Palestina, a história da Palestina e a criação do Estado de Israel no Ensino Fundamental no Brasil? Segundo a consulta realizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Gaúcho, consta que este tema é objeto a ser trabalhado por turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. Entretanto, não há informações ou instruções de como o professor deve proceder com tal temática, aparecendo apenas como “A questão Palestina”². Também aparece nessas bases de ensino o termo “Terrorismo”³, definido no referencial Gaúcho como o principal mal dos tempos modernos. São nomeados grupos que praticam esse ato, sendo um deles o Hamas, que atua na Faixa de Gaza, eleito democraticamente pela população palestina como principal representante na resistência contra o colonialismo israelense. Partimos da perspectiva de analisar como se dá, nas disciplinas escolares de História, a abordagem sobre a colonização da Palestina por Israel, usando como fonte o livro didático, material que, teoricamente, deve embasar o debate em sala de aula, entre educadores e educandos. Optamos por fazer um recorte temporal entre os livros didáticos atualmente em uso nas escolas, com validade entre os anos de 2020 a 2023⁴, pertencentes ao Ensino Fundamental II, com alunos do 9º ano, período em que o conteúdo de nosso interesse aparece nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais. A presente pesquisa está organizada da seguinte forma: No primeiro capítulo, buscamos desenvolver uma reflexão sobre a produção e funcionalidade dos livros didáticos, identificando que estes são fruto das sociedades que os produzem, seguindo referenciais ideológicos e estando vinculados a um mercado específico. No segundo capítulo, observamos aspectos históricos, propiciando um contexto para melhor

¹ Entendemos “conflito” como uma guerra onde existe equivalência de forças econômicas e militares, o que não se faz presente ao analisarmos o caso da colonização da Palestina, onde existe uma superioridade de recursos tanto na ação do Movimento Sionista, como pelo Estado de Israel. Para tanto, quanto nos referirmos a situação entre Israel e Palestina utilizaremos a palavra conflito entre aspas.

² Edward Said (2012) nos aponta a problemática de tratar um tema a partir da designação do termo “Questão”, tendo em vista que se é empregado para uma temática isolada e distante, e além disso para um assunto que perdura há muito tempo e que é difícil de ser tratado, e por fim, se é usado o termo para algo que é incerto e/ou duvidoso.

³ O termo “terrorismo” está colocado em aspas, pois segundo Priscila Drozdek de Alcântara: “A definição do termo terrorismo está relacionada com a história, a cultura e as políticas das nações e organizações internacionais, o que torna o trabalho de alcançar um consenso quase impossível. O que existe são abordagens diferenciadas: governamental, criminal, psicológica, acadêmica e religiosa. A interpretação pode se dar de maneiras diversas: o terrorismo pode ser interpretado como um crime, como um ato de guerra, como um ato religioso ou como um ato político. Cabe ressaltar que não existe uma abordagem certa ou errada, e elas não são excludentes entre si” (2015, p. 11).

⁴ Os livros didáticos são objetos consumíveis, e necessitam ter uma atualização constante de seus conteúdos, desta forma o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) estabelece que a cada determinado período de tempo, de acordo com o edital vigente, algo em torno de 3 ou 4 anos, é necessário realizar a troca destas obras.

compreensão da análise desenvolvida posteriormente. Neste capítulo abordamos a história da Palestina desde a criação do movimento Sionista, a instituição do Mandato Britânico, os movimentos migratórios dos judeus europeus, a criação do Estado de Israel e a prolongada resistência da população palestina em defesa de suas terras e direitos. No terceiro capítulo, concentramos nossas atenções na realização da análise do conteúdo de três livros didáticos (História.doc, Historiar e História: Sociedade & Cidadania), identificando as narrativas constituídas sobre o Oriente Médio e, especificamente, sobre a situação entre Palestina e Israel. Para tanto, constituímos uma lista com catorze expressões (Orientalismo, Colonialismo, Resistência, Terrorismo, Acordo, Nakba, Shoah, Apartheid, Diáspora Palestina, Campos de Refugiados, Autoridade Palestina, Limpeza Étnica, Sionismo e Religião), que consideramos como fundamentais para melhor compreensão e abordagem desse tema. A leitura dos conteúdos dos livros didáticos foi pautada na identificação e forma de tratamento que os autores deram a essas expressões. Em nossas Considerações buscamos fazer uma sistematização da análise de conteúdos presentes nas obras, bem como estabelecer uma relação entre elas, apresentando nossas conclusões sobre a pesquisa desenvolvida

I. O Livro Didático em Questão

O primeiro capítulo desta pesquisa realiza uma reflexão sobre a utilização dos livros didáticos em sala de aula. Qual sua validade para os educadores, qual sua funcionalidade como ferramenta de ensino e quais suas possibilidades de uso junto aos educandos. Aborda também o livro didático como um produto de uma indústria cultural que atende determinados condicionamentos que podem influenciar na seleção e perspectiva de constituição de seus conteúdos.

1.1 Livros Didáticos como recursos para o Ensino de História

Nos processos de ensino e aprendizagem realizados nas aulas de História na educação básica, os materiais didáticos têm um papel fundamental no auxílio ao professor/a. Estes são responsáveis por tornar o conteúdo que está sendo trabalhado mais palpável, ou seja, trazer o aluno mais para perto daquilo que está estudando. Existe uma gama de materiais didáticos que podem ser utilizados, que vão desde jogos, músicas, imagens e recursos visuais, até a utilização de fragmentos de textos, poemas, revistas periódicas, enfim, praticamente qualquer fonte de informação que seja bem empregada na sala de aula pode ser utilizada.

Não podemos pensar o recurso didático por ele mesmo, desta forma temos a concepção que a qualidade na hora de se utilizar determinado material está relacionada a forma como o educador o aborda, portanto é necessário que o docente realize um explicação da proposta junto aos alunos, antes, depois ou no decorrer da utilização do material. “Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores de apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina - no nosso caso, da História” (BITTENCOURT, 2009, p. 296). O sentido e/ou a interpretação que o professor dá em sala de aula sobre estas fontes é o que torna seu uso interessante ou não no processo de ensino e aprendizagem.

Neste trabalho, serão analisadas as abordagens que nossas fontes realizam sobre o conteúdo de interesse, mas entendemos que o professor dentro da sala de aula, tem total autonomia para utilizá-los e dar-lhes o sentido que achar mais adequado. Um livro didático não pode ser colocado em uso sem que o professor seja o mediador de sua utilização. Até mesmo momentos em que o docente pede que seus alunos preparem uma pesquisa fora do ambiente

escolar, para ser abordada em aulas seguintes, as fontes têm que ser problematizadas, pois os discentes não devem realizar uma cópia dos materiais.

Os livros didáticos são, como qualquer outra fonte, produzidos por pessoas, e entendemos que de forma alguma estas são neutras ou isentas de um julgamento a partir de sua ótica de mundo. Portanto, temos que pensar de maneira crítica o que é oferecido para os alunos trabalharem e construírem seus conceitos históricos. Uma vez que a escola tem o papel de preparar os indivíduos para viver em sociedade, devemos compreender como o entendimento do passado Histórico é construído a partir da utilização dos livros didáticos. Apesar da concepção de reflexão e interpretação que os professores deveriam dar para estes recursos, muitas vezes eles se tornam na aula em si, justamente por isso é importante entendermos de que maneira a História da Palestina é abordada por essas obras didáticas.

Outro fator que devemos pensar sobre o processo de ensino e aprendizagem, conforme Paulo Freire (1987), é de que os alunos não são uma tabula rasa, onde o professor deposita seus conhecimentos e os educandos apenas os recebem sem nenhuma reflexão. Adotar esta perspectiva bancária da educação é extremamente perigoso, pois faz com que pensemos que tudo que o educador ensina é registrado pelos educandos, e que o papel destes é apenas de receptor. Entendemos que o discente tem papel de protagonismo nessa relação, tendo ele que interpretar e apreender aquilo que julgar relevante, a partir de sua experiência de vida e interesses, dentro da sala de aula. Percebemos o educador como o mediador do conhecimento, ou seja, cabe aos educadores da História estarem em constante atualização, para manterem suas aulas com conhecimentos dinâmicos e críticos da sociedade em que vivemos. Sabemos que há uma diferença considerável entre os saberes que são trabalhados nas Universidades e aqueles abordados nas escolas.

O professor de história, além de docente, também deve ser um pesquisador, mas, de forma alguma, estamos cobrando que seu trabalho seja de transposição didática entre os conhecimentos acadêmicos e os escolares, pois compreendemos que as escolas têm conhecimentos próprios a serem explorados por seus agentes. Em um processo de troca, os livros didáticos devem servir como um suporte em forma de textos, gráficos e imagens, para que o educador possa exercer sua função de construção do conhecimento em sala de aula, junto com os alunos.

Entendemos também a educação como multicultural, conforme o conceito estabelecido pela intelectual e professora bell hooks (2013), “o multiculturalismo obriga os educadores a reconhecer as estreitas fronteiras que moldaram o modo como o conhecimento é partilhado na

sala de aula. Obriga todos nós a reconhecer nossa cumplicidade na aceitação e perpetuação de todos os tipos de parcialidade e preconceito” (2013, p. 63). A autora nos coloca que se não refletirmos sobre aquilo que se está ensinando estamos perpetuando todos os paradigmas sejam eles de raça, gênero, sexualidade, ou qualquer outra forma que oprime determinados grupos dentro da sociedade. A educação multicultural não pode ser entendida apenas nas salas de aula onde existe essa multicultural, é para todos e em qualquer ocasião de ensino/aprendizagem, pois só assim preconceitos e representações da sociedade podem ser desconstruídos através da educação, seja em pessoas brancas ou em pessoas não brancas.

Por fim, compreendemos o Ensino de História como um processo complexo com diversos fatores que interferem de maneira positiva e negativa, para que os alunos constituam suas próprias interpretações. Dentre estes fatores podemos citar o ambiente de origem de cada aluno, que não pode ser pensado como uma classe homogênea; a escola, que tem cultura e funcionalidade próprias diferentes das demais instituições da sociedade e os educadores, com papel fundamental, pois eles são os mediadores entre o conteúdo escolar selecionado pelo governo e aquilo que de fato é trabalhado em sala de aula. O professor tem o papel de realizar escolhas da maneira como o conteúdo será apresentado para seus discentes, já que estes têm autonomia sobre o que acontece em suas aulas, tendo liberdade para usar as fontes que achar mais adequadas. O Estado também age como um dos fatores que interferem no processo, pois ele define as diretrizes estruturantes dos currículos, que devem ser utilizados pelas escolas e professores. No Brasil, os planejamentos de ensino são previstos com duração média de dez anos e são executados a partir de metas a serem atingidas, para o desenvolvimento do país.

Apresentadas algumas das perspectivas que temos sobre o Ensino de História nas escolas, voltaremos agora para nossas fontes, os livros didáticos. No Brasil existe o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que nasceu em 1985 e é o resultado do aperfeiçoamento de outros planos que existiam no país desde 1937. O PNLD é responsável por avaliar e disponibilizar os livros didáticos de forma sistemática e gratuita para os alunos da rede pública de ensino. Este programa realiza a compra de livros didáticos a partir de um edital de seleção que é aberto regularmente de acordo com a data de validade estabelecida nos livros didáticos vigentes. O edital é voltado para editoras particulares realizarem a criação dos livros a partir de normas estabelecidas pelo PNLD, que se adequem aos objetivos estabelecidos pela BNCC. Desta forma, as obras são compradas de empresas privadas, que visam antes de mais nada o lucro. No último edital, que corresponde aos livros analisados neste trabalho, segundo o Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, foram comprados cerca de 172

milhões de exemplares, distribuídos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, gerando 1,3 bilhões de reais para essas editoras. Segundo Circe Bittencourt:

Um aspecto fundamental a ser considerado em análises sobre materiais didáticos é seu papel de instrumento de controle do ensino por parte dos diversos agentes do poder. [...] O despreparo do professor, resultante de cursos sem qualificação adequada, e as condições de trabalho nas escolas muitas vezes favorecem uma cultura mercantilizada que transforma cada vez mais a escola em um mercado lucrativo para a indústria cultural, com oferta de materiais que são verdadeiros “pacotes educacionais” (2009, p. 297).

Desta maneira não podemos deixar de lado o fato que o livro didático é um produto da indústria cultural⁵, tendo ele um mercado que movimenta, de maneira regular, bilhões de reais. “Como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista” (BITTENCOURT, 2009, p. 301). Como qualquer produto capitalista, a empresa que a produz está preocupada em torná-lo atrativo ao seu consumidor que, de acordo com o PNLD, é o professor, juntamente com a escola, responsável por fazer o pedido das obras didáticas.

Existe um problema frequente nesta forma de escolha dos livros, que se encontra no curto espaço de tempo que o educador tem para avaliar adequadamente cada obra oferecida. Esta situação força que o professor leia sínteses/propagandas dos materiais, sem necessariamente ter o livro em mãos. Isso abre espaço para que as editoras com propagandas melhor produzidas tenham mais livros solicitados, enquanto o foco da seleção deveria ser a qualidade do conteúdo das obras didáticas.

Por conter diversas diretrizes estatais, o livro didático pode ser colocado como a materialização do Estado na escola e, principalmente, nas salas de aula. Através de todos os processos de normas e recomendações dos conteúdos o Estado determina o que deve ser trabalhado pelos alunos na constituição de seu pensamento crítico. Desta forma, entendemos o livro didático como o resultado de uma série de processos e mecanismos, que culminam na sala de aula, nas mãos de alunos e professores, sendo estes últimos responsáveis pelo seu modo de utilização.

⁵ A Indústria Cultural, segundo Adorno e Horkheimer (2002), se caracteriza pela produção artística aos moldes do sistema capitalista, ou seja, a produção para o consumo em massa, como qualquer outro produto criado pelas indústrias inseridas neste sistema econômico.

1.2 Livros Didáticos como objetos da Cultura Escolar

Para podermos analisar os materiais didáticos, temos que entender qual o papel deste no ambiente escolar. Entendemos a escola como uma instituição complexa, e com um método de funcionamento próprio. As escolas seguem um mesmo padrão de funcionamento, determinado pelos órgãos de controle estatais, o que faz com que elas tenham muitas semelhanças entre si. Entretanto, temos que destacar as diferenças, que se encontram nos agentes, caracterizados nas figuras dos educadores, das famílias, dos educandos, dos gestores, dos funcionários, entre outros, todos com hierarquia bem definida dentro da instituição.

Os rituais também são características específicas de cada escola, sendo eles os horários em sala de aula, a divisão entre as disciplinas, o intervalo e demais atividades que ocorrem no período escolar. Outra característica é a linguagem própria que existe em cada escola, onde existem diferentes formas de prática de discursos, no uso de palavras, gírias e expressões, que variam de acordo com a instituição analisada. Todos estes fatores fazem parte do que entendemos como a Cultura Escolar. “A cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares” (OLIVEIRA, 2006, p. 204).

Todos esses elementos constituem a escola e, principalmente, constituem uma relação de troca em prol da educação, ou seja, a cultura se caracteriza pela troca entre seres humanos, seja de saberes, pensamentos, filosofias de vida ou práticas sociais. A cultura escolar se constitui na relação de ensino e aprendizagem entre todos os agentes que fazem parte do cotidiano escolar, para a formação de pessoas que serão agentes ativos dentro da nossa sociedade. A disciplina de História desde de sua inserção no ambiente escolar, vem cada vez mais ganhando atenção dentro da sociedade, devido aos ocorridos da II Guerra Mundial, esta disciplina é constantemente foco de debates, pois cabe a ela ser o elo entre o passado e o presente dentro da escola e na formação de pessoas que serão agentes dentro da sociedade. Desta forma a História dentro da escola tem o papel de trazer à tona debates que muitas vezes tiram as pessoas de sua zona de conforto, ao abordar temas como os preconceitos e paradigmas que se criam em torno de diferentes camadas sociais.

É neste contexto que estão inseridos os livros didáticos, que configuram outro agente na cultura escolar, responsáveis por tornar aquilo que o professor está expondo nas aulas mais nítido para o aluno, além de trazer novos elementos e abordagens para a discussão do conteúdo.

“Os manuais são artefatos da cultura escolar e fazem as mediações entre os sujeitos, produto e produtores de cultura, e as relações historicamente determinadas que podem ser evidenciadas de várias maneiras, como nas práticas escolares” (BERTOLINI, 2018, p. 40). Ainda, segundo Bertolini, “a transmissão da herança cultural requer que, além dos saberes e materiais culturais, estes devem tornar-se transmissíveis e assimiláveis às jovens gerações, por isso o grande trabalho de reorganização e de reestruturação presentes nos imperativos didáticos da cultura escolar” (2018, p. 47). Ou seja, as obras didáticas têm a função de ponte entre os conhecimentos que o educador busca explorar e os educandos, enquanto repositório de conhecimento com linguagem acessível, sínteses e recursos visuais, que tornam o conteúdo mais atrativo aos alunos.

No próximo capítulo faremos uma contextualização da História da Palestina, para podermos estabelecer uma base de conteúdos que serão analisados nos livros didáticos. Com este fundamento buscaremos traçar marcos históricos e conceituais, que servirão para observarmos o conteúdo das obras didáticas e constituirmos uma discussão sobre a forma que determinadas temáticas são abordadas pelos autores.

II. Palestina: Entre o Colonialismo e a Resistência

Para podermos realizar uma análise dos livros didáticos selecionados, em um primeiro momento, temos que estabelecer uma contextualização histórica da Palestina. Desta forma, trataremos de temas que consideramos como norteadores para compreensão da proposta deste trabalho. Pontuaremos momentos que estabelecem a construção de uma narrativa histórica sobre a ocupação sionista da Palestina que perdura há pouco mais de um século.

2.1 A Palestina Histórica e o Movimento Sionista

Iniciaremos nossa contextualização histórica pelo grande vetor deste conflito, o Movimento Político Sionista. O termo sionismo foi criado por Nathan Birnbaun (1864-1937), e faz alusão a Sião, um dos nomes bíblicos da cidade de Jerusalém. Este movimento é fruto do protonacionalismo judeu do meio do século XIX e teve suas bases teóricas elaboradas pelo político judeu Theodor Herzl (1860-1904), que utilizou o Caso Dreyfus⁶ como inspiração para escrever e publicar o livro *Der Judenstaat* (O Estado Judeu), de 1896. Herzl foi motivado por uma onda antissemita⁷ que estava ocorrendo na Europa no final do século XIX. Segundo Jurandir Soares, nesse período “o antissemitismo e suas consequências, as perseguições e discriminações, os pogroms e a alienação social foram fatores marcantes para a tomada de consciência nacional por parte dos judeus” (1991, p. 22).

Em seus primeiros escritos, Herzl propôs algumas regiões do mundo onde o Estado Judeu poderia ser criado, entre elas Madagascar e Argentina, porém, a partir de uma narrativa ligada à preceitos religiosos, os intelectuais judeus chegaram à conclusão de que o melhor lugar seria retornar para a terra que estava prometida na Torá (livro sagrado judeu), por Deus, ao povo judeu, a Palestina. A escolha do território para a construção de um lar judeu se deu no I Congresso Sionista Mundial, realizado em 1897, na Basiléia, Suíça. É necessário colocar que esta decisão não foi de comum acordo entre os intelectuais judeus da época, conforme aponta Ivan Esperança Rocha:

Assim, é preciso dizer que a forma de interpretar o processo de criação de um estado judeu não foi unívoca. Houve posições religiosas mais radicais que não

⁶ Em 1894, um capitão do exército francês chamado Alfred Dreyfus, que era judeu, foi acusado injustamente de entregar documentos secretos para os alemães, este caso causou revolta na comunidade judaica por se tratar, além de uma cortina de fumaça para esconder uma nova arma francesa, de um caso de preconceito contra um judeu.

⁷ Antissemitismo é o termo usado para designar o ódio e preconceito contra os judeus.

aceitaram o caminho político de criação do Estado de Israel por defenderem que os judeus seriam conduzidos à terra prometida pelo Messias, quando este viesse. O sionismo foi considerado como uma violência secularizada ao sagrado (2015, p. 5).

O I Congresso Mundial Sionista, em nosso entendimento, foi o ponto de partida do processo de conflito entre um futuro Estado Judeu (que seria chamado de Israel) e a população árabe habitante da Palestina. Mas antes de trabalharmos com os caminhos percorridos pelo Movimento Sionista, vamos conhecer um pouco da chamada Palestina Histórica, desde a conquista do Islã até 1948.

No século VII (638) a região da Palestina foi conquistada pelos árabes, no processo de expansão do Islã, mantendo-se sob controle muçulmano, a não ser no período das Cruzadas, entre os séculos XI e XII. Mesmo durante esses duzentos anos as presenças árabes e turca muçulmanas foram muito fortes. A partir do século XVI (1512) a Palestina, junto com a Síria e o Egito passaram a fazer parte do Império Turco Otomano, que permitiu a manutenção da cultura e idioma árabe e da religião muçulmana.

O fator que levou a uma mudança na estrutura de poder dentro da região do Oriente Médio foi a Primeira Guerra Mundial. Durante esta guerra o Império Otomano lutou ao lado das chamadas Potências Centrais, formada pelos impérios Alemão e Austro-Húngaro, que foram derrotados pela Tríplice Entente formada pelos impérios Britânico, Francês e Russo, contando também com o apoio dos Estados Unidos da América. Ao término da guerra, com a derrota das Potências Centrais, o território do Império Otomano foi desmantelado e dividido entre os vencedores, preservando-se apenas pouco mais do que a região da Anatólia, onde se constituiria a República da Turquia (SANTOS, 2012). Na época, as vitoriosas potências econômicas europeias fizeram tratados de partilha das regiões da África e do Oriente Médio. Segundo Soraya Misleh, entre os anos de 1915 e 1917, a Grã-Bretanha concluiu três acordos para o pós-guerra: “com o xerife de Meca, para a criação de um reino árabe independente; com a França, para a partição da Síria e Mesopotâmia; e com o movimento sionista, ao qual garantia a criação de um lar nacional judeu na Palestina” (2017, p. 37). Desta forma, a Grã-Bretanha prometia o mesmo território para duas partes interessadas distintas. Segundo Rafael Baêta Leal dos Santos:

Durante a Primeira Guerra Mundial, o governo britânico, buscando expandir sua influência política, alimentou as aspirações de dois povos de ter um território nacional próprio e independente, encorajando a rebelião dos árabes que viviam sob domínio otomano e, ao mesmo tempo, expressando

formalmente apoio britânico à causa sionista - a criação de um lar judeu na Palestina (SANTOS, 2012, p. 11).

Com o fim da guerra foi criada a Liga das Nações (1919 - 1946), que tinha como seus objetivos resolver questões internacionais entre as potências da época, tendo em vista uma ação diplomática com o intuito de evitar novas guerras. Uma das formas encontradas por essa Liga para resolver questões conflitivas no pós-guerra foi o sistema de Mandatos, que eram administrações temporárias dos territórios que não tivessem condições de formar um Estado independente. Esse sistema de mandatos nada mais era do que uma nova roupagem do sistema colonialista que existia previamente. A região da Palestina passou a ser administrada pela Grã-Bretanha, que já tinha aspirações de expandir sua influência no Levante Oriental.

Com a virada do século e a morte de Herzl, em 1904, Chaim Weizmann (1874-1952) assumiu o comando do movimento sionista, que se concentrou em conseguir o apoio da Inglaterra, pois com o suporte da maior potência econômica da época seria mais fácil alcançar seu objetivo. Durante este período a Agência Judaica começou a adquirir terras no território palestino, para serem entregues aos colonos judeus europeus que decidissem mudar para lá. Entretanto, os terrenos comprados nesse período não chegavam a 5% da Palestina Histórica, mas isso não desanimou os sionistas que continuavam lutando para legitimar a imigração e para constituir um novo Estado.

A parceria entre Inglaterra e Movimento Sionista foi muito interessante para ambos os lados, pois desde 1839 a Grã-Bretanha havia formulado um plano estratégico para a região, A ideia de atuar como protetorado na Palestina viria muito bem a calhar para seus interesses e para os interesses de um povo sem terra (judeus), que buscava constituir um Lar Nacional. A construção de uma narrativa religiosa não serviu apenas para justificar a imigração judaica para a "terra prometida", serviu como uma resposta idealista à proposta britânica para o território.

Em 2 de novembro de 1917 foi apresentada pelo lorde Arthur James Balfour (1848-1930), que era secretário de Assuntos Estrangeiros da Grã-Bretanha a época, a Declaração Balfour, que em seu texto definia a posição favorável da Inglaterra para a criação de um Estado Judeu na Palestina. Conforme Edward Said (2012) nos aponta, esta declaração foi tecida por uma potência europeia, sobre um território não europeu, sem levar em consideração a população nativa que já habitava o território a muitas gerações, e fundamentalmente, que permitia que uma população estrangeira transformasse esse território em sua pátria. “A Declaração Balfour significava apoiar o surgimento de um Estado que se transformaria num importante aliado em

uma região de importância estratégica extraordinária” (SOARES, 1991, p. 26). Este fato fomentou a imigração de judeus para a Palestina e deu um empurrão no Movimento Sionista.

Segundo Jurandir Soares:

Em julho de 1920 a Inglaterra declarou o fim da administração militar na Palestina, substituindo-a por uma civil e tendo designado sir Hebert Samuel, um sionista militante, para alto comissário na Palestina. Assim, todas as atividades ligadas à área, como comércio, agricultura, imigração, habitação, etc..., ficaram nas mãos de defensores do sionismo (1991, p. 28-29).

O período do Mandato Britânico no território palestino foi sem dúvidas o que abriu o caminho para o movimento sionista pôr em prática seus planos de construir um Estado naquela região. Podemos dizer também, que foram graças às políticas estabelecidas pelos Britânicos sob as populações palestinas que fizeram com que este povo não conseguisse efetuar uma defesa do seu território e da sua gente no que viria a acontecer em 1948. No próximo subcapítulo colocaremos de que forma se deu esse período correspondente ao Mandato Britânico e seus desdobramentos.

2.2 O Mandato Britânico e a Grande Greve de 1936

O mandato Britânico ficou marcado como o período onde a resistência palestina começou a tomar forma frente às ações do movimento sionista. Os embates se acirraram devido às ações do mandato sempre favoráveis à criação de um Estado Judeu. Buscando manter o controle na região do Oriente Médio, uma das localidades chave para o comércio mundial, a Grã-Bretanha manteve uma postura diplomática que buscava atender aos seus anseios. “Como mandatária da região, a Inglaterra colocava em prática uma política ambígua, pois não queria descontentar nem árabes nem judeus, já que seu interesse era tirar proveito das concessões que fazia a ambos” (SOARES, 1991, p. 31). A Grã-Bretanha, realizou acordos e concessões tanto com os palestinos quanto com os judeus sionista, para tentar manter sua hegemonia na região, mas sempre mantendo uma postura mais favorável aos sionistas. “Diante de parceria estratégica para manter a hegemonia britânica sobre a região, lordes e banqueiros patrocinaram pessoalmente a imigração judaica para a Palestina” (MISLEH, 2017, p. 39).

Após o I Congresso Mundial Sionista, foram enviados rabinos para realizar um relatório sobre as terras da Palestina. Em uma carta como resposta eles registraram que a terra não estava desabitada. Esta informação contrariava a máxima do Movimento Sionista, “uma terra sem povo, para um povo sem terra”. Até 1920, os habitantes da Palestina eram formados entre 80% a

90% de árabes palestinos, sendo o restante dividido entre judeus árabes, cristãos árabes e judeus que imigraram da Europa nas primeiras levas de colonos enviados pela Agência Judaica.

Fazendo valer a Declaração Balfour, mesmo reconhecendo que mais de 80% da população era árabe-palestina, em 1928, a administração do mandato resolveu criar uma estrutura política, com igualdade de representação entre judeus e palestinos no Parlamento e no Governo do território do mandato. Como os árabes palestinos eram a maioria da população residente no local, em um primeiro momento, eles recusaram esta oferta alegando uma disparidade na representação, tendo em vista a distribuição populacional. Com o decorrer daquele ano e o aumento cada vez mais visível de imigração de judeus provindos da Europa, os palestinos decidiram aceitar a distribuição de representação, porém, desta vez os sionistas recusaram. Com a recusa sionista a Grã-Bretanha recuou com a proposta, o que foi o estopim para a revolta palestina em 1929, que não teve tanta força, mas foi uma das primeiras mobilizações contra o domínio britânico e conseguiu realizar um acordo de diminuição no ritmo das imigrações judaicas com o Mandato.

Se faz necessário entender de que forma eram governados estes mandatos na África e Oriente Médio, temos que abordar o pensamento que os governadores destas regiões tinham, pois eles eram europeus, enviados em terras “desconhecidas”, que deveriam estabelecer a ordem e trazer a civilização para estes povos, que supostamente viviam na barbárie. A linha de pensamento destes governantes é, segundo Edward Said, o “Orientalismo”, que consiste em uma linha do pensamento científico Ocidental que busca investigar como se comporta “a cultura oriental”. Construindo uma divisão do mundo em dois blocos, sendo um o Ocidente (civilizado, “normal”, científico...) e o outro o Oriente (bárbaro, exótico, belicoso...), esta perspectiva traz a forma como os ocidentais vêem o mundo Oriental. “O orientalismo, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado” (SAID, 2007, p. 51). As bases desse pensamento orientalista remontam ao início da Idade Média com a expansão do Islã sobre as terras da Península Ibérica, onde de repente para o “mundo ocidental” era necessário lidar com uma força radicalmente nova; a reação que se teve foi de uma maneira geral conservadora e defensiva, o Islã foi visto como uma versão fraudulenta ao cristianismo (SAID, 2007). Com o passar do tempo esta linha de pensamento foi tomando forma até virar um campo de estudos científicos.

A perspectiva orientalista está intrinsecamente ligada com uma visão colonialista, onde, a partir do momento, que os orientais são “bárbaros” e “incivilizados” é necessário que o ocidente

traga a eles avanços sociais. Inevitavelmente isso só ocorreria a partir da dominação colonial de seus territórios e da perda de autonomia de sua população, o que gera um controle financeiro das riquezas. “[...] o Orientalismo é inseparável do colonialismo, é um produto cultural necessário para justificar o domínio sobre outros povos e a expansão e conquista de suas terras” (SAHD, 2020, p. 93). Podemos tomar como exemplo a situação do Egito neste período de mandatos, Edward Said em seu livro *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* nos traz um trecho escrito pelo Lorde Balfour acerca da justificativa da ocupação britânica em território egípcio:

É uma boa coisa para essas grandes nações - admito a grandeza delas - que esse governo absoluto seja exercido por nós? Acho que é uma boa coisa. Acho que a experiência demonstra que sob esse governo elas têm um governo muito melhor que qualquer outro que tenham tido em toda a história, o que é um benefício não só para elas, como sem dúvida para o conjunto do Ocidente civilizado. [...]Estamos no Egito não apenas pelo bem do Egito, apesar de estarmos lá para o bem deles; estamos lá para o bem da Europa em geral (2007, p. 43).

Said ainda nos aponta que em momento algum estes mandatários buscaram entender o que as populações destas regiões almejam, seja em termos de governo, de economia ou leis. Pois ao julgarem que conhecem a História destas populações, desde seu “auge” até seu “declínio”. A justificativa de estarem levando a civilização para estes povos isentava estes mandatários de qualquer que tenham sido seus atos de crueldade contra as populações nativas, já que aqueles que se opunham ao que estava sendo imposto, era tratado como inimigo do progresso.

O argumento, quando reduzido à sua forma mais simples, era claro, preciso, fácil de apreender. Há ocidentais e há orientais. Os primeiros dominam; os segundos devem ser dominados, o que costuma querer dizer que suas terras devem ser ocupadas e seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro postos à disposição de uma ou outra potência ocidental (SAID, 2007, p. 46).

A forma como os mandatários da região da Palestina agiam não fugiu em nada deste contexto, pois eles estavam presentes para fazer valer os interesses da Grã-Bretanha, em uma região chave para o comércio mundial. Tendo em vista este modelo de funcionamento das gestões dos mandatos, a população palestina estava cada vez mais descontente com as políticas adotadas. Após 1929, a balança pendeu ainda mais para o lado do movimento sionista.

Outro fator foi o enfrentamento entre palestinos e judeus que brigavam por espaço dentro do território palestino, tendo em vista grande número de judeus que estavam imigrando para a

Palestina e que precisavam de terras. Essa disputa por território foi travado a partir de negociações com o Mandato Britânico, conforme nos mostra Jurandir Soares:

É preciso ressaltar que todo esse período de negociações políticas foi entremeado por acirrados combates em território palestino. Combates que muitas vezes atingiram requintes de crueldade, com massacres de população civil, onde não eram poupados velhos, crianças ou mulheres. E esses ataques deram-se de ambos os lados. Tanto judeus massacraram palestinos como palestinos massacraram judeus (1991, p. 42).

A população palestina estava nesse período lidando com uma dupla pressão, por um lado o Mandato Britânico estabelecia seu colonialismo, com sistema de gestão orientalista. Por outro lado, o movimento sionista pressionava cada vez mais para criação de assentamentos no território palestino, motivados pela Declaração Balfour. Frente a esse contexto estourou a Revolta Palestina ou Grande Greve 1936, que foi o momento onde a população palestina chegou mais perto de uma libertação.

A autora Soraya Misleh aponta que o estopim para a revolta foi o assassinato do guerrilheiro sírio que era associado ao Islã político, Izzal Dinal-Qassam, no dia 12 de novembro de 1935. Entre os palestinos ele é lembrado como um herói por ter participado das mobilizações em 1929. A partir deste período se iniciam mobilizações contra o Mandato Britânico e a imigração judaica. “Fica claro que havia um confronto ideológico e político entre palestinos e ingleses e que os primeiros estavam reivindicando a independência ante o mandato britânico na Palestina e a paralisação da imigração judaica” (RESENDE & ROSSIGNOLI, 2015, p. 91).

Durante esse período de mobilizações foi apresentado um plano pelo lorde Peel, que visitou a Palestina em 1937 e recomendou a anexação da maior parte da Palestina e da Transjordânia, observando que deveria haver um controle eficaz britânico sobre a região. Dentre suas determinações, apontou uma pequena parcela do território palestino como um futuro Estado Judeu. O movimento sionista viu essa proposta como uma base para negociar a partilha da Palestina, mesmo que o plano apresentasse apenas uma pequena faixa de território para a constituição deste estado. Para os sionistas a questão não estava na proporção territorial que poderiam adquirir, mas na legitimação de um espaço que serviria de “ponta de lança” para futuras expansões. Ao tentarem colocar este plano em prática a revolta palestina se intensificou. “Diante disso, os palestinos reagiram com estratégias de embargo comercial, protestos em lugares públicos e, posteriormente, ataques violentos aos britânicos e judeus” (RESENDE &

ROSSIGNOLI, 2015, p. 91). A repressão dos ingleses com a população foi brutal, segundo aponta Soraya Misleh:

Entre os anos de 1936 e 1939, o total de palestinos feridos foi de 14.760 e de mortos, 5.032 - número que inclui 1.312 assassinados por gangues sionistas. A quantidade de detidos foi de 816 em 1937, 2.463 no ano seguinte e 5.679 em 1939 (2017, p. 19).

Esse período, entre 1936 e 1939, ficou marcado não só pela repressão exercida pelo mandato britânico, que era o padrão vigente em todos os mandatos espalhados pela região, onde qualquer ato contrário ao “avanço da civilização” era reprimido com uso da força. O principal fator que marcou este período foi o desarmamento da população pelo exército britânico. Os árabes foram proibidos, inclusive, de andar com facas ou qualquer objeto que pudesse ser utilizado como arma. Fato interessante é que o mesmo não foi feito com os colonos judeus, que não apenas mantiveram suas armas, como continuaram a adquirir novas, em larga escala, inclusive da Grã Bretanha. Controlada a população palestina, a Grã-Bretanha publicou o Livro Branco, que restringia a imigração judaica, o que descontentou o movimento sionista. Conforme Jurandir Soares:

A promulgação do Livro Branco em 1939 implicou um aprofundamento da atividade paramilitar judaica, desenvolvida especialmente pela *Haganah*, que em 1938 dispunha de uns 21.000 membros em aproximadamente duzentos e cinquenta povoados. Os judeus procuravam a partir de então reconquistar pela força das armas o que haviam perdido no terreno político (1991, p. 42).

O Livro Branco fez com que as forças do movimento sionista se voltassem não apenas contra os nativos palestinos, mas também contra o Mandato Britânico, realizando atentados que Jurandir Soares classifica como terroristas. Essas ações violentas eram levadas a cabo pelo grupo paramilitar conhecido como Haganah (Defesa). Com a eclosão da II Guerra Mundial, a atenção da Grã-Bretanha se voltou para o avanço dos nazistas na Europa, deixando a situação da Palestina de lado. A falta de interesse das autoridades mandatárias, o desarmamento da população palestina, o aprisionamento e execução das lideranças da resistência árabe pelos britânicos, durante a repressão da Grande Greve de 1936, abriram caminho para que os sionistas colocassem em prática seus planos de tomada do território. Segundo o líder do movimento sionista, Ben-Gurion, em 1937: “Devemos expulsar os árabes e tomar seu lugar [...] e se temos que usar a força, não para despojar de suas propriedades aos árabes do Negev e Transjordânia,

mas para garantir nosso próprio direito de assentamentos em ditos lugares, a força estará à nossa disposição” (MISLEH, 2017, p. 50). Ao dizer que “a força estará à nossa disposição”, Ben-Gurion se referia à Haganah, que contava com armamentos modernos vindos da Europa, enquanto, a população palestina passava por um intenso processo de desarmamento e se encontrava desarticulada (ou mesmo acéfala) quanto as lideranças militares e políticas.

2.3 O Plano Dalet e a Nakba

As relações entre o Movimento Sionista e o Mandato Britânico sofreram um abalo significativo com a promulgação do Livro Branco. A partir deste momento, as ações sionistas começaram a tomar forma em um sentido de expulsão do povo palestino por meio da força e desarticulação do controle britânico no território. Este livro propunha o estabelecimento de um Estado na Palestina, onde árabes e judeus conviveriam em uma mesma comunidade, tendo os mesmos direitos e deveres. Além disso, limitaria a imigração judaica a partir da capacidade de absorção econômica (SOARES, 1991).

A II Guerra Mundial (1939-1945), é um fator importante para compreendermos o que aconteceria com o povo palestino nos anos a seguir ao seu término. Com a Inglaterra focada, com as forças Aliadas, em combater o exército nazista, a questão do território palestino ficou relegada a um segundo plano. Os acontecimentos na Europa, ameaçada pela expansão nazista, forçaram uma fuga em massa dos judeus, que se abrigaram nos países do bloco Aliado, mas também recorreram muito à Palestina, agora com um controle de imigração muito mais frouxo.

Conforme aponta Soraya Misleh (2017), entre 1943 e 1948 foi realizado um mapeamento das vilas palestinas, pelas forças da Haganah, utilizando voos onde essas localidades eram fotografadas e excursões de “lua de mel”, onde casais que, supostamente, estavam viajando reuniam informações a respeito dos assentamentos palestinos. Estavam presentes os registros da presença ou não de armas nas vilas; quantos homens, mulheres e crianças; quantos indivíduos estariam aptos para lutar e se defender; quais estradas principais e secundárias ou caminhos irregulares se encontravam próximos, que poderiam servir de rotas de invasão ou fuga; fontes de água; criação de animais; localização topográfica (terreno elevado, plano, em depressão); tipos de moradias; muros cercando as vilas; presença de cachorros, que pudessem alertar a presença de estranhos... enfim, eram documentos extremamente detalhados, que foram escritos principalmente por mulheres judias.

Enquanto o movimento sionista arquitetava uma estratégia para dominação do território, em 1947, o Mandato Britânico entregou a questão do território palestino para a recém criada Organização das Nações Unidas (ONU). A Grã-Bretanha terminou a II Guerra Mundial com uma enorme dívida com os Estados Unidos e não tinha mais como manter um efetivo de tropas que pudessem controlar um território que passava por um processo de conflito extremamente complexo e com diferentes frentes.

Segundo Soraya Misleh:

No dia 29 de novembro de 1947, após muitos adiamentos, o então presidente da Assembleia Geral da ONU, o brasileiro Oswaldo Aranha, simpático as reivindicações do movimento sionista, abriu a sessão. [...] A Resolução 181 que recomendou a partilha foi aprovada por 33 votos, ante 13 contra, dez abstenções e o impedimento de Sião - como era chamada a Tailândia até 1949 - de participar. Dividia a Palestina em oito partes, sendo três ao futuro estado judeu, quatro ao estado árabe (incluindo Yafam que seria um enclave árabe no estado judeu) e Jerusalém sob administração internacional (MISLEH, 2017, p. 56).

Esta Resolução veio a partir de um processo de tentativa de reparação ao que o nazismo fez com a população judaica europeia. Este ato tomado pela ONU, de partilha do território foi apressado e não levou em consideração fatores determinantes, como a já declarada vontade de desarabizar o território por parte do movimento sionista, e não foi colocado na Resolução 181 nenhum mecanismo para controle desta intenção. Esta tentativa da ONU de reparar os maus feitos ao povo judeu abriu caminho para uma ideologia de exclusividade, em um ambiente anteriormente com uma grande diversidade cultural. Conforme Illan Pappé (2017), isso só poderia resultar em um processo de limpeza étnica.

Com o mapeamento feito sobre as vilas palestinas e as informações coletadas, que davam conta de diversos aspectos destas localidades, em 10 de março de 1948, foi apresentado no quartel-general da Haganah, o Plano Dalet, que selou o destino do povo palestino. “O Plano Dalet foi executado com o objetivo deliberado de expulsar a população árabe da Palestina e destruir essa comunidade para colocar em prática o projeto sionista de constituição do estado judeu naquelas terras” (MISLEH, 2017, p. 60). Seis meses após a apresentação do plano as ações de “limpeza” se iniciaram. Brigadas das organizações paramilitares sionistas receberam a designação de vilarejos e bairros, que deveriam ser atacados e esvaziados. Tudo foi organizado em um detalhado cronograma de atividades que objetivava desarabizar a Palestina, através da violência e terror (PAPPÉ, 2017).

Na prática o plano funcionava da seguinte maneira: aldeias palestinas que já estavam previamente desarmadas pelo Mandato Britânico (1937), eram escolhidas como primeiros alvos, os quais a Hagana, o Irgun e a (Gang) Stern, invadiam e destruíam toda sua estrutura. Mas, isto não era o pior, no caso destas aldeias, a destruição era seguida do massacre da população nativa, incapaz de se defender. Propositamente era permitido que alguns sobreviventes “escapassem”, para espalhar nas aldeias vizinhas os relatos de horror, com estupros e fuzilamentos em massa. O objetivo era criar terror psicológico, fazendo com que os habitantes dos demais povoados árabes fugissem. O terror criou um efeito de debandada dos palestinos para países árabes vizinhos e para localidades dentro da própria Palestina, mas mais afastadas das ações sionistas. Para trás, deixavam suas propriedades, seus plantios, suas criações, suas casas e seus pertences. Em algumas situações as vilas foram completamente arrasadas, não sendo preservadas nem mesmo as plantações, com o intuito de inviabilizar qualquer tentativa de retorno de seus proprietários (PAPPÉ, 2017).

Depoimentos registrados pela jornalista Soraya Misleh, confirmam essa situação. O depoente Tawfik Abder Rahim relata: “Propaganda tinha sido feita tanto por árabes quanto por judeus sobre aldeias como Der Yassin e Qana, em que os palestinos sofreram massacres, estupros, sequestros. A resistência pediu que crianças, mulheres e velhos saíssem para evitar massacres” (MISLEH, 2017, p. 88). Em outro trecho sobre a ocupação da vila de Qaqun, Tawfik Abder Rahim, descreve a diferença gigantesca entre o armamento palestino e o sionista:

Os judeus tinham munição ainda com cheiro de fábrica e cheia de pólvora, até a boca. Os palestinos pegavam balas no chão, metade estragava, metade não funcionava, era da Primeira Guerra Mundial. Meu pai abria a bala, botava pólvora no saco e no sol para secar e devolvia para dentro da bala de novo. Meu pai tinha uma arma turca e não tinha como comprar munição para ela, então pegava essas balas, de outras armas, e socava dentro da arma. Isso ia proteger a gente do avanço de um exército com armas automáticas e cheiro de óleo de fábrica, e um só tipo de arma? Eu fico batendo nessa tecla para que entendam que as armas nas mãos dos palestinos não eram nada, e não encontramos ninguém que nos ajudasse, só tinha a gente para nos defender, o nosso dinheiro para compra de nossas armas, o sangue de nossos parentes (2017, p. 78).

O Movimento Sionista precisava justificar, para o restante do mundo, o que estava acontecendo na Palestina. Nesse período foram criadas narrativas sobre a tomada do território. A primeira, era de que havia ocorrido uma guerra entre árabes e sionistas, onde os árabes derrotados teriam recuado, abandonando o território conquistado (a caro custo) pelos sionistas. A ideia de uma guerra entre a população dos povoados palestinos e as forças paramilitares

sionistas é insustentável. As forças sionistas estavam extremamente bem armadas, organizadas e treinadas e se colocavam em uma atitude ativa, de ataque, de invasão. Enquanto os palestinos, em sua grande maioria, estavam desarmados e sem liderança. Sua postura, dentro da medida do possível, com os poucos recursos que detinham, era de resistência e de (tentativa de) sobrevivência. O que ocorreu não foi uma guerra entre palestinos e colonos judeus, onde o vitorioso se apoderou do território conquistado, mas uma expulsão em massa, de uma população indefesa e aterrorizada. Outra narrativa, muito popular e injustificável, é de que a população palestina, por livre e espontânea vontade, abandonou suas propriedades, largando para trás suas casas, por simplesmente não admitirem dividir o território com a população judaica. Criou-se a narrativa de que as próprias lideranças religiosas árabes tinham incentivado esse abandono, como uma forma de protesto contra a definição da ONU de partilha territorial. Narrativa absurda e lamentável, que tomou ares de verdade junto à opinião pública internacional. Esta versão do abandono do território por parte dos palestinos vem ao encontro do slogan, da máxima, do projeto de ocupação sionista: “Uma terra sem povo, para um povo sem terra”. Partia-se do princípio que o árabe habitante da Palestina não detinha uma identidade de Palestino, não nutriam vínculos de pertencimento com a terra. O árabe, habitante da Palestina, poderia continuar sendo árabe em qualquer outra parte do mundo árabe, sem qualquer prejuízo para sua existência. Justamente esse desapego, essa falta de identidade, teriam possibilitado o rápido abandono da Palestina, deixando-a para aqueles que, verdadeiramente, detinham vínculos identitários religiosos, culturais e étnicos com a terra, os europeus sionistas (PAPPÉ, 2017).

Se por um lado temos a construção da narrativa sionista, por outro, temos a incessante resistência palestina que não se cala frente a opressão. O ocorrido em 1948 ficou conhecido pelos palestinos como *Nakba*. “O termo árabe significa ‘catástrofe’ ou ‘desastre’ e refere-se à criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, em 78% do território da Palestina” (MISLEH, 2017, p. 19). É usado na perpetuação da história oral desse povo como ponto que marcou a destruição da Palestina Histórica e a limpeza étnica sofrida pela população árabe. “A *Nakba* é frequentemente reconhecida como o começo da história palestina contemporânea, com profunda influência sobre a consciência política palestina” (MISLEH, 2017, p. 20). A partir desse momento começou um longo processo de resistência e de luta pela sobrevivência por parte dos árabes palestinos, que tiveram que buscar abrigo como refugiados em países vizinhos e espalhados pelo mundo, situação que se perpetua até os dias atuais. Assim como os palestinos refutam as narrativas sionistas, o mesmo é feito pelo Estado de Israel:

O Estado de Israel tem se empenhado em obliterar a *Nakba*, proibindo a reprimindo manifestações de palestinos para lembrar a data. Na sua história oficial, apresenta a versão de “guerra da independência” ou “guerra da libertação nacional”. Afirma que nessa circunstância os árabes fugiram de suas terras por recomendações de suas lideranças. Outra interpretação comum da “guerra de 1948”, é de que foi uma “guerra de poucos contra muitos” (2017, p. 21).

É importante ressaltar que nessa disputa de narrativas históricas, temos duas tragédias que são usadas como justificativa para ações político-militares de ambos os lados, a *Shoah* e a *Nakba*. A Shoah que foi o extermínio das populações judaicas europeias, que ficou marcada pelos campos de concentração e por toda a barbárie cometida pelos nazistas ao povo judeu, levou que a comunidade internacional criasse um sentimento de culpa por tudo que aconteceu, e como forma de reparação deram um território árabe como compensação por tudo que esse povo foi submetido. Ivan Esperança Rocha, coloca que “se para os judeus a tragédia da *Shoah* é apropriada como um evento de ruptura definitiva com a ‘diáspora’ e o ‘exílio’ judaicos, para os palestinos, a *Nakba* é compreendida como uma tragédia nacional que marca a expulsão, o exílio e o início da ‘diáspora palestina” (2015, p. 6).

O pós-Nakba foi seguido por algumas ações importantes, que cabe destacar, a primeira seria uma tentativa, sem muita força, dos países árabes vizinhos da Palestina de retomarem os territórios perdidos, que ficou conhecida como a primeira Guerra Árabe-Israelense. Nesta guerra as forças sionistas conseguiram neutralizar um contingente pequeno, mal armado e desorganizado de soldados árabes, que só chegaram meses depois da declaração do Estado de Israel, em um período em que as forças de resistência palestina já haviam sido totalmente subjogadas. Também foi nesse momento que o reino da Jordânia tomou o território da Cisjordânia e o Egito se apossou da Faixa de Gaza.

A Agência Judaica demandou todos os seus recursos para a tomada do território palestino e para a manutenção dele após a *Nakba*. A Agência pediu ajuda para as potências mundiais para conseguir manter seus colonos em território palestino. Isso implicava a construção de novas casas, já que no processo de limpeza étnica, não só as pessoas foram mortas ou expulsas, mas as vilas destruídas para promover o apagamento completo da sociedade que ali habitava. Também era necessário garantir a subsistência dos colonos, já que a maioria não eram de trabalhadores do campo. Os novos proprietários judeus dos campos de oliveiras, pomares e criação de animais dos territórios palestinos provinham de centros urbanos da Europa. Poucos haviam pego em uma enxada ou uma pá em sua vida. A França nesse momento foi a principal

financiadora da manutenção dos colonatos judeus, mandando recursos que supriam as necessidades dos ocupantes.

Mesmo com a derrota Palestina, frente à invasão sistematicamente calculada pelo Movimento Sionista, o povo palestino jamais deixou de resistir. A luta por seu Direito de Retorno⁸ se faz presente até hoje. No subcapítulo que segue, trataremos das diversas formas de resistência do povo palestino adotou no pós-Nakba, para não deixar a chama da luta se apagar.

2.4 A Longa Resistência Palestina

Após a *Nakba* a população palestina se viu em uma situação muito complicada, já que 75% do seu território havia sido tomado pelas forças sionistas. Os que ficaram nas regiões restantes, lutam até os dias de hoje contra o avanço da colonização israelense, enquanto os que fugiram de sua terra, se encontram em situação de refugiados, em sua maioria, nos países vizinhos da Palestina, o Líbano, a Síria e a Jordânia. Além de viverem em campos de refugiados em outros países, essa população também vive como exilada em seu próprio território, já que algumas localidades da Palestina histórica foram anexadas por nações árabes, durante a primeira guerra árabe-israelense. Na condição de refugiadas, essas pessoas vivem em condições precárias, tendo que depender de terceiros para comer e se abrigar. Tawfiq Abder Rahim, em entrevista a jornalista Soraya Misleh, relata como foram os primeiros anos em situação de refugiados:

A Cruz Vermelha inicialmente entregava os mantimentos, depois a ONU mudou a forma como recebíamos os mantimentos. Ficávamos em filas, como mendigos, o que destruiu nosso orgulho humano. Éramos tratados como animais. Na nossa cidade, vivíamos felizes, alimentados, com dignidade. Não precisávamos de nada, tínhamos o suficiente. No campo, passamos fome, ninguém olhava para a gente, só recebíamos ajuda humanitária. O trigo, açúcar, arroz não eram suficientes. Recebíamos apenas alguns pedaços de sabonete. Tínhamos que sobreviver conforme a pena que tinham da gente (MISLEH, 2017, p. 92-93).

Essa situação para um povo é algo que acaba com a sua autoestima, pois necessita viver de esmolas, dependendo da boa vontade da ajuda externa. Isso dificulta que a população palestina consiga se reorganizar para recuperar sua terra, já que sua luta se concentra na

⁸ Os palestinos, descendentes dos árabes expulsos durante a Nakba, lutam contra a Suprema Corte de Israel, para terem o Direito de Retorno, o mesmo que o Estado de Israel concebeu a qualquer judeu, de qualquer parte do mundo, que queira “retornar” para a “Terra Prometida”. Esses judeus estrangeiros adquirem o direito de passaporte e nacionalidade israelense. Os palestinos, em sua grande maioria, vivendo na diáspora e em campos de refugiados, exigem que tenham o direito de retornar aos seus territórios originários e que as posses que pertenceram a seus antepassados, como terras, casas, valores monetários em bancos e criações de animais, também sejam devolvidos pelo Estado de Israel (ALSHBOUL; MOHAMMED, 2006).

sobrevivência diária. Dada essas condições demorou 16 anos para que a população conseguisse criar uma organização de resistência bem estruturada. Já existiam diversos grupos que lutavam contra a colonização, porém em 1964, foi fundada a Organização para a Libertação Palestina (OLP), uma junção de diversas frentes de resistência. “Essa organização tinha o objetivo declarado de destruir Israel e libertar toda a Palestina histórica. Ela aglutinou outras organizações palestinas menores, destacando-se a ‘Al Fatah’, criada por Yasser Arafat, que veio a assumir o controle da OLP em 1969” (SANTOS, 2012, p. 13).

Em 1967, o presidente do Egito ameaçou fechar o acesso ao porto de Eilat, que representa a principal via para a importação de petróleo para Israel. Em seis meses o governo israelense orquestrou um ataque às principais bases aéreas egípcias e de outros dois países considerados inimigos em potencial, a Síria e a Jordânia. Com a destruição da força militar dessas nações, Israel avançou sobre os territórios palestinos que estavam sob domínio dos países árabes, a Península do Sinai e a Faixa de Gaza, controladas pelo Egito, as Colinas de Golã, pertencentes a Síria, e por fim, da Cisjordânia e Jerusalém Oriental, dominadas pela Jordânia. Essa ofensiva durou apenas seis dias, o que lhe valeu o nome de Guerra dos Seis Dias. “Como resultado da guerra, palestinos que estavam sob a condição de refugiados e viviam nos territórios recém-ocupados foram forçados, mais uma vez, a emigrar, tendo a maioria, partido para a Jordânia e, os restantes, para o Egito, Síria e outros países árabes vizinhos” (SANTOS, 2012, p. 27). Temos que compreender que, tanto após a *Nakba*, quanto a Guerra dos Seis Dias, o Estado de Israel, que é reconhecido pela Organização das Nações Unidas, tem o controle das áreas que sobraram para a população palestina, que não tem autonomia para se autogerir e governar. Esta situação torna o Estado de Israel responsável por essa população e território.

Identificamos a situação da Palestina como a de *Apartheid*. Desde a escolha pelo “retorno” à “Terra Prometida”, no I Congresso Sionista Mundial, tornou-se nítida a intenção de limpeza étnica, na qual a população árabe muçulmana necessitava desaparecer, para que houvesse um Estado Judeu. Durante o processo de colonização os árabes remanescentes se transformaram em cidadãos de segunda classe, alijados de direitos, vivendo em situação de subjugação. Entendemos *Apartheid* como um movimento de duas frentes, a primeira colonial e a segunda racial. Para que uma situação de *Apartheid* aconteça é necessária uma força colonizadora que, neste caso, se apresenta na figura do Movimento Sionista e no Estado de Israel. Ambos apresentam intenção de conquistar e ocupar um território que, previamente, já estava ocupado por outra população. A força colonial, israelense, se vale da população local, palestina, como mão de obra barata, usufruindo de sua força de trabalho. A própria limitação de

possibilidades de trabalho para a população palestina a força a trabalhar em troca de valores muito abaixo do mercado, muitas vezes para colonos judeus, que se encontram em condição de invasores. A expressão racial se caracteriza pelo conceito de Orientalismo, onde israelenses judeus se baseiam na perspectiva de inferioridade Oriental, para justificar a dominação sobre esses povos, e sobre sua posição como “Estado civilizado no Oriente”. Não devemos pensar de maneira separada os conceitos de *Apartheid*, Colonialismo e Orientalismo, já que eles se imbricam e complementam na dominação exercida pelo Estado de Israel sobre as populações árabes.

Fabio Bacila Sahd traça um paralelo que devemos levar em consideração ao pensarmos o *Apartheid* onde o termo nasceu, África do Sul, e no caso Palestino:

Devido aos “horrores reais do antissemitismo europeu” e ao histórico religioso vinculando judeus à “Terra Santa” a luta anticolonial palestina é mais difícil e complexa, não tendo a linearidade do enfrentamento da maioria negra à discriminação e segregação impostas pela minoria branca em África. O próprio “mundo árabe” ocupa lugar peculiar dentre as demais regiões do Terceiro Mundo e experiências (anti)coloniais. De todo modo, em suas narrativas, visões de mundo e práticas discriminatórias sionismo e nacionalismo africâner convergem, expressando o colonialismo estruturante de ambos (SAHD, 2020, p. 94).

A OLP, instalada na Jordânia, ganhou força e passou a organizar ações contra o Estado de Israel. Desde o país vizinho eram enviadas as ordens do líder, Yasser Arafat. Porém, em território jordaniano, diversas forças internas, se mostraram contrárias à presença palestina, tanto no que diz respeito à OLP, quanto a criação de assentamentos de refugiados. Com isso, se iniciam pressões para expulsá-los. “Em 1970, a tensão leva a uma semana de guerra civil, que culmina na expulsão do povo palestino da Jordânia. A OLP se desloca então para o Líbano, onde se torna ‘um Estado dentro de um Estado’ (AGUIAR, 2011, p. 21).

A tensão entre o Estado de Israel e seus vizinhos leva, em 1973, o Egito e a Síria a atacar os israelenses, no dia do feriado judaico chamado *Yom Kippur*. Apesar de uma investida surpresa, que deu resultados em um primeiro momento, a resposta de Israel foi efetiva, permitindo dominar seus agressores e adentrar na Síria e alcançar o Canal de Suez. A Guerra do *Yom Kippur* foi marcada pela mudança de opinião pública, que até então acreditava que as defesas do estado judeu eram impenetráveis.

Com a OLP agora alojada no Líbano, diversos ataques foram realizados contra o Estado de Israel. Em 1982, o Ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, iniciou uma guerra contra o

Líbano e sua proteção à OLP. Foi realizado um ataque aéreo à sede da OLP em Beirute, que causou a morte de 300 pessoas, levando a ONU a pronunciar sua preocupação sobre o que estava acontecendo. O conflito armado durou pouco mais de uma ano, com muitas baixas para todos os lados, mas, principalmente, para a população palestina. Seus campos de refugiados foram atacados tanto por judeus israelenses como por milícias libanesas cristãs. Conforme Paula Hohgrawe de Aguiar:

Em 1983, Israel e Líbano firmam um acordo em que o governo israelense se compromete a retirar-se do Líbano, enquanto o segundo deveria deixar de abrigar os grupos armados palestinos. Com o auxílio da França, a OLP se desloca do Líbano para a Tunísia, abrindo espaço no sul do Líbano para o surgimento de uma milícia xiita - o Hezbollah - que passa a lutar contra Israel na região (AGUIAR, 2011, p. 27).

A situação de *Apartheid*, que se desenhava há décadas, chegou ao seu ápice no ano de 1987. Uma vez expulsa do Líbano, a OLP teve que ser refugiar a uma grande distância, na Tunísia, provocando a desarticulação da resistência. O povo palestino se viu encurralado em seu próprio território. Segundo, Muhamad Subhi Mahmud Hasan Husein:

Para os palestinos não havia motivo para comemorar, ao contrário, já que neste ano (1987) cerca de 2200 colonos armados (0,33% da população da faixa de Gaza) chegaram a ocupar 40% do território da Faixa de Gaza, pressionando 650 mil palestinos (99,67%) em condições de extrema pobreza, a ficar concentrados no outros 60% do território, tornando Gaza (na região de população somente palestina), a região com uma das maiores densidades demográficas do mundo. Além disso, o número de palestinos que já haviam passado pelas prisões israelenses e por torturas chegava a 200 mil, sendo boa parte deles crianças de 10 a 14 anos, acusados de suspeitas de ligação com o terrorismo por atirarem pedras em soldados e viaturas israelenses (HUSEIN, 2019, p. 63-64).

No momento de maior opressão contra os palestinos se iniciou a Primeira Intifada, que é conhecida como a Guerra das Pedras. “O nome ‘Intifada’ vem do árabe *intifada*, que significa ‘rebelião’. Mas além de sua estrutura gramatical, a alcunha vem acompanhada de uma conotação política, associada ao levante palestino” (DOTOLE, 2020, p. 4). Essa rebelião teve como estopim um incidente onde um caminhão militar israelense, cheio de soldados, colidiu com quatro trabalhadores palestinos. Os palestinos foram para as ruas, protestar contra a colonização sionista e receberam repressão como resposta. As forças de segurança de Israel utilizaram bombas e armas de fogo para a contenção, o que forçou os manifestantes desarmados, de todas as faixas etárias, a se defenderem arremessando paus e pedras contra os agressores do exército. Essa reação caracterizou profundamente a Intifada. “[...] Os relatórios afirmam, ainda, que Israel

recorreu a várias formas de represália coletiva, tais como a demolição de casas, a imposição de toques de recolher prolongados e medidas econômicas restritivas para tentar acabar com a rebelião” (SANTOS, 2012, p. 28). Se faz necessário pontuar que essa rebelião não teve um início planejado pela OLP, ao contrário, foi uma reação da população que há décadas vinha sendo humilhada e, cada vez mais, encurralada dentro do seu próprio território. Esse movimento começou na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e, posteriormente, se instalou em todo território palestino controlado por Israel.

A OLP, uniu-se à luta da população, passando a organizar os atos de resistência. O líder, Yasser Arafat, esteve à frente tanto das negociações pela paz, como na estruturação da insurreição, que durou seis anos. “Afim de se autodeterminarem como nação, o povo palestino utilizou-se da luta como forma de se estabelecerem no cenário mundial” (DOTOLE, 2020, p. 4). Neste momento, a OLP mudou sua forma de atuar. Apesar de, em sua origem, ter o projeto de destruir Israel, após décadas de luta armada, passou a visar negociações para a divisão do território da Palestina histórica entre israelenses e palestinos, que receberiam sua autonomia, com a constituição de seu próprio Estado. A aproximação e busca de acordos com Israel descontentou boa parte dos palestinos, que começaram a fundar movimentos radicais, como, por exemplo, o *Hamas*.

Es en esta primera intifada donde surge Hamás como un grupo que busca el establecimiento de un Estado palestino utilizando mecanismos violentos, que de aquí en adelante se denominan como terroristas, según no sólo la apreciación de los medios de opinión pública internacional, sino de diferentes Estados entre los que se destacan Estados Unidos y algunos Estados europeos. [...] Esta organización está conformada por dos alas, una política y otra militar. El ala política se encarga de la construcción de escuelas y hospitales en Cisjordania y en la franja de Gaza a la vez que apoya a la comunidad en todo lo relacionado con el desarrollo social y el desenvolvimiento religioso. Esto se puede ver reflejado en la victoria en las elecciones palestinas en 2006. Su ala militar, cuenta con la brigada Izz al-Din al-Qassam, creada en 1991, encargada de los ataques contra Israel. A partir de la primera intifada, este grupo se ha convertido en un actor determinante al interior del conflicto (RÍOS, 2009, p. 6).

Frente ao que estava acontecendo, as potências internacionais tiveram que intervir e propor uma paz para a região, porém esse acordo teria que atender aos interesses de ambos agentes. Além da pressão externa, Israel e os líderes palestinos também viam a necessidade da paz. Foram anos de negociação para se chegar a um ponto em que Israel e a OLP concordassem. Conforme Jawdat Abu-El-Haj:

Em 20 de agosto de 1993, o conflito do Oriente Médio parecia se encaminhar para um final pacífico, quando os delegados palestinos e israelenses anunciaram em Oslo a formalização de um entendimento histórico entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin. As simbólicas três cartas trocadas entre os dois líderes reconheciam a legitimidade dos pleitos dos dois povos, comprometendo-se a negociar todas as questões espinhosas em um intervalo de cinco anos. Um mês após o anúncio do entendimento em Oslo, Arafat e Rabin celebraram nos jardins da Casa Branca o documento formal, os Acordos de Oslo, com a presença de Bill Clinton e vários chefes de estados árabes e europeus. Concretamente, os Acordos previam o fim do conflito armado; retiradas israelenses de extensas partes dos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia; formação de um protoestado palestino (Autoridade Nacional Palestina) com poderes administrativos e diplomáticos; cooperação nas áreas de segurança, infraestrutura e economia; e o início de negociações sobre um tratado de paz no transcorrer máximo de cinco anos (El-Haj, 2014, p. 15).

Este acordo gerou opiniões controversas. A OLP, na figura de seu líder Yasser Arafat, buscava o reconhecimento da Palestina como uma nação independente, o direito a se autogovernar e a devolução de parte dos territórios conquistados pelo colonialismo israelense. Porém, durante as negociações do Acordo de Oslo, a única conquista teve foi o reconhecimento da Autoridade Nacional Palestina, em detrimento do reconhecimento do direito de existência do Estado de Israel e do direito às suas propriedades que, na prática, significou o reconhecimento dos colonatos israelenses permanecerem onde estavam. As divisões territoriais foram feitas de maneira muito ingênua, deixando para Israel o controle das principais vias de transporte. Os territórios, em tese, devolvidos aos palestinos são, em sua maioria, separados um dos outros, o que torna inviável a manutenção de um poder estatal, em um terreno completamente fragmentado, onde para cada movimentação se faz necessária a autorização do Estado de Israel. Edward Said (2012) classifica este acordo como a subserviência perpétua a Israel. Ao reconhecer o direito de Israel de existir, a OLP renunciou a todos os direitos que os refugiados palestinos teriam a receber como compensação. Por fim, houve um grande descontentamento dos grupos extremistas, que acreditam no fim do Estado de Israel como única solução para o conflito.

O Acordo de Oslo apresentava a proposta que em cinco anos se deveria avançar nas negociações para a criação de um acordo definitivo entre Israel e a Palestina. Porém, na prática, os israelenses não desejavam que o acordo sobrevivesse, já que parecia ser mais interessante uma busca sem fim pela paz, para desta forma a Autoridade Nacional Palestina não conseguir estabelecer sua soberania nacional. Durante as negociações foram colocados empecilhos e

criaram-se impasses. Após sete anos em busca pela paz o “[...] fracasso nas negociações deu início à chamada Segunda Intifada, que perdurou até o ano de 2004, marcada pela revolta palestina frente à administração política e à ocupação dos israelenses” (LEAL & FRANÇA, 2014, p. 145). Só que dessa vez, ao invés de paus e pedras, os grupos de resistência estavam armados de fuzis, apesar de não fazer uma frente efetiva ao bem estruturado exército israelense, o número de baixas de ambos os lados foi significativamente maior do que na Primeira Intifada.

A ascensão de Ariel Sharon, como primeiro-ministro do estado israelense, também foi um motivo fundamental para o aumento da tensão na região. As negociações do Acordo de Oslo foram acertadas com os representantes do Partido Trabalhista de Israel, enquanto Ariel Sharon representava a ala radical de subjugação e limpeza étnica da população árabe no território. Com Sharon as políticas de estado se tornaram ainda mais repressivas contra a população palestina, acentuando novamente a situação de *Apartheid*.

Diversos esforços para acabar com o confronto violento e restabelecer o processo de paz falharam devido às ações terroristas palestinas que, com o apoio da Autoridade Nacional Palestina, se intensificavam. O fenômeno dos homens-bomba palestinos mostrava o fim das relações políticas durante a Intifada; estes tinham como alvos israelenses civis e militares. Israel respondeu a nova Intifada com uma série de medidas que visavam cercar o povo palestino e coagi-los dentro de seus territórios; para demonstrar a seriedade do governo israelense, medidas militares firmes foram realizadas, como assassinatos de líderes palestinos e ataques aéreos que tinham a Autoridade Nacional Palestina como alvo. Visando acabar com a Segunda Intifada, Israel impôs novamente medidas como toque de recolher e demolições de residências (AGUIAR, 2011, p. 53).

Durante o primeiro ano da segunda Intifada aconteceu um fato que mudou a forma como o mundo árabe era tratado na política internacional, o atentado ao World Trade Center, em 2001. A partir desse acontecimento os Estados Unidos impuseram uma política de repressão ao Oriente Médio, realizando uma nova “Cruzada” na “Guerra ao Terror”. Os Estados Unidos expôs, pública e mundialmente, seu apoio ao Estado de Israel e a perseguição que este promovia aos “terroristas” palestinos.

A Segunda Intifada durou cinco longos anos, onde as populações israelense e palestina (principalmente), foram sujeitas a uma guerra diária que levou o terror a todos. A paz era uma saída necessária e, mesmo que momentaneamente, houve pressão da comunidade internacional para que as mortes terminassem o quanto antes. Em 2004 foi apresentado por Sharon o Plano de Retirada, que previa a retirada da ocupação israelense na Faixa de Gaza e em parte da

Cisjordânia. O plano foi posto em prática dezoito meses depois, o que marca o fim da Segunda Intifada. No mesmo ano morreu Yasser Arafat, cuja reputação ficou muito marcada pelo fracasso das negociações de Oslo. A população em geral ainda tinha gratidão por seus anos na luta pelo fim do colonialismo israelense, mas sua morte deixou um vácuo de poder e libertou a opinião pública para buscar nova liderança, ocupada pelo Hamas, que venceu as eleições de 2006.

Neste capítulo estabelecemos os principais pontos que julgamos essenciais para a compreensão mínima da História da Palestina, e a partir desta contextualização realizaremos uma análise qualitativa dos livros didáticos propostos neste trabalho, que se seguirá no próximo capítulo.

III. Análise de Materiais Didáticos

Neste terceiro e último capítulo, faremos a análise dos livros didáticos selecionados. Usaremos como referência, para a análise dos conteúdos destes materiais, termos/palavras-chave por nós compreendidos como fundamentais para constituir uma reflexão sobre o tema Israel x Palestina.

3.1 Metodologia de análise

Esta monografia busca fundamento metodológico na Análise de Conteúdo (AC), que reside na interpretação de mensagens em conjuntos de dados, que constituem inferências para além do “texto”⁹. Utilizamos da linguagem escrita e imagética para apreender qual a proposta de trabalho, presentes nos materiais didáticos, sobre os conteúdos referentes à História da Palestina e o processo de colonização territorial. Conforme as autoras CAIMI & MISTURA (2021):

Na AC, visam-se, por meio de técnicas específicas, a aproximação, a descrição e a análise sistemática e objetiva do conteúdo de textos, avançando para a produção de inferências sobre as condições de produção desses textos usualmente por meio de indicadores. Trata-se de um processo descritivo e dedutivo que permite encapsular o texto para além de si em diferentes camadas de significado, como as características da comunicação (quem diz/a que diz/como diz), as condições de produção da comunicação (o que levou a dizer/por que disse) e os possíveis efeitos da comunicação. Para a AC, portanto, a linguagem é vista como expressão de sentido e instrumento de comunicação humana (p. 157).

Com o uso desta técnica de pesquisa, faremos a sistematização da análise dos livros didáticos. Estabelecemos quatorze conceitos/termos (Orientalismo, Colonialismo, Resistência, Terrorismo, Acordo, Nakba, Shoah, Apartheid, Diáspora Palestina, Campos de Refugiados, Autoridade Palestina, Limpeza Étnica, Sionismo e Religião), que serviram para guiar a leitura dos livros didáticos e interpretar a abordagem destes sobre a colonização do território palestino.

Em um primeiro momento faremos a análise dos textos escritos que constituem o principal corpo do capítulo do livro, que está organizado em subcapítulos. Verificaremos se a linguagem utilizada para abordar as temáticas é acessível para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Buscaremos, a partir dos termos selecionados, entender de que forma se constrói a narrativa. Levantaremos questões sobre a forma como esses termos e conceitos estão dispostos e

⁹ Na análise dos materiais didáticos compreendemos “texto” de uma forma ampla, não se referindo apenas ao texto escrito, mas também imagens, quadros explicativos, tabelas, mapas com legendas e quaisquer outros recursos utilizados para configuração do conteúdo.

são trabalhados. Identificaremos ausências e silenciamentos. Em um segundo momento, realizaremos a análise das imagens: partindo das escolhas de utilização das mesmas; observando a disposição destas dentro das páginas; se estão vinculadas, ou não, com o conteúdo abordado no texto escrito; se auxiliam na compreensão do que se está sendo trabalhado; se reforçam ou desconstróem preceitos a respeito da população árabe muçulmana, entre outras questões. Realizaremos posteriormente a análise dos mapas apresentados, partindo dos mesmos aspectos que colocamos sobre as imagens. Verificaremos se são disponibilizadas as fontes dos mapas e imagens e se estão acompanhadas de legendas, uma vez que estas informações influenciam na construção da narrativa que se pretende apresentar através dos recursos imagéticos. Também voltaremos nossa atenção para os exercícios presentes no livro didático. Consideramos que estes são responsáveis pelo momento no qual se faz necessária a reflexão do/a discente. Reflexão esta que pode ser induzida, através de formulações tendenciosas de questionamentos e atividades. Por fim, propomos refletir se estes livros e de que maneira contribuem para uma educação multicultural, que não reforça perspectivas preconceituosas e discriminatórias das populações árabes muçulmanas.

Encerrando, faremos uma comparação entre os livros didáticos que foram analisados, entendendo as proximidades e distanciamentos nas narrativas destas obras didáticas. Com esta comparação identificamos como a utilização destes recursos pode ser benéfica para os educadores do Ensino Fundamental II, com o intuito de tornar a aula da disciplina de História mais dinâmica e interessante para os educandos.

3.2 História.doc (Livro A)

Iniciaremos nossa análise dos livros didáticos com a obra “História.doc” (Livro A), escrito por Ronaldo Vainfas (Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense), Jorge Ferreira (Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense), Sheila de Castro Farias (Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense) e Daniela Buono Calainho (Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Foi publicado pela Editora Saraiva e tem validade para os anos de 2020 a 2023. Este livro didático está dividido em 5 blocos, compostos por 17

capítulos, sendo o capítulo 11 intitulado “Conflitos no Oriente Médio”, que ocupa da página 182 à 196, que abordam a temática Israel x Palestina. Como o próprio nome aponta, o capítulo não trata apenas do ocorrido em território palestino, mas também da conta de apresentar outros conflitos nesta região. Dos 7 subcapítulos presentes neste capítulo 5 tratam do tema de interesse.

Iniciaremos, pelo texto principal do capítulo, que está adequado a idade do público alvo, produzido com expressões acessíveis à compreensão e conteúdo bem estruturado, existindo a preocupação de dar informações sobre os conceitos que surgem no decorrer do capítulo. Há uma introdução que apresenta informações situando Israel no território da “região conhecida como Palestina” e coloca que árabes e israelenses estão em “confronto permanente” (Livro A, p. 182). Também aborda os interesses e os enfrentamentos causados pelo petróleo na região e identifica que “os árabes que vivem na Palestina, os palestinos, sofrem mais diretamente as consequências dos embates e enfrentamentos” (Livro A, p. 182).

O primeiro subcapítulo é o “Dois povos e um grande conflito”, entre as páginas 183 e 186, onde se inicia o debate sobre os acontecimentos no território palestino. É interessante que logo no primeiro parágrafo é apresentado o filme *Lemon Tree* (2008), dirigido e produzido por Erick Ricklis. Ao longo deste subcapítulo ocorre um paralelo entre o filme e o tema do “conflito” Israel x Palestina, que reconhecemos como uma proposta pedagógica interessante. A costura entre o filme e o livro didático pode funcionar como um fator para alimentar o debate em sala de aula¹⁰. Contudo o emprego do termo “Conflito”, no decorrer deste subcapítulo, transmite ao leitor a perspectiva de uma igualdade de forças entre palestinos e israelenses. Na prática, se alguma vez existiu igualdade, isso tenha ocorrido até 1937, ano em que a resistência palestina foi desarmada pelas autoridades do Mandato Britânico, após a Grande Greve dos árabes contra a colonização sionista. Após essa data, as diferenças em recursos e capacidades bélicas entre sionistas e árabes se distanciaram em ritmo vertiginoso. A partir deste momento, é impossível estabelecer qualquer comparação de semelhança entre o poder militar das milícias, do futuro estado de Israel, e os palestinos.

É apresentado que com o fim do Império Otomano, na Primeira Guerra Mundial, a região do território palestino passou para o domínio da Grã-Bretanha. Em seguida, em destaque, aparece o termo “Sionismo”, definindo-o como um movimento que surgiu no final do século XIX e que defendia a volta dos judeus para a Palestina. Judeus europeus queriam fundar seu próprio país onde, na Antiguidade, seus antepassados foram expulsos pelos romanos” (Livro A,

¹⁰ Neste ponto, temos consciência de que para tanto seria necessário o docente propor que os discentes assistissem o filme (em casa de preferência, tendo em vista o tempo de um período) e realizassem suas observações sobre ele.

p. 184). Esta síntese, do que é o movimento sionista, corresponde ao nosso entendimento, pois pontua que este é um movimento de judeus europeus. Entretanto, acreditamos que esta parte do conteúdo, poderia servir para tratar a visão orientalista que os sionistas (ocidentais-europeus) tinham a respeito dos árabes. Mas, da mesma forma, pensamos que este complemento ou proposta de reflexão, é algo que pode ser colocado pelo educador ao trabalhar este trecho.

O próximo tópico abordado pelos autores trata do processo da tomada do território palestino pelo movimento sionista, apresentando as primeiras levas de imigração judaica vindas da Europa e que, para os palestinos, estes eram estrangeiros que estavam invadindo suas terras. No parágrafo seguinte, os autores abordam a justificativa sionista de retorno à uma “Terra Prometida”, que havia sido habitada por seus ancestrais, e os protestos dos palestinos, que argumentavam que isso havia ocorrido vinte séculos atrás. Sabemos que um livro didático, devido à grande quantidade de conteúdo que deve explorar, necessita ser constituído por sínteses objetivas. Entretanto, nesta parte do subcapítulo, identificamos uma superficialidade na abordagem do tema. São criadas algumas lacunas, informações chave que não são abordadas, tal como a Declaração Balfour (1917), ponto fundamental para o entendimento do aumento da imigração sionista. Esta Declaração afirmava que a Inglaterra apoiava a criação de um Lar Nacional Judeu na Palestina. A intensificação da imigração, nas décadas seguintes, resultou na Revolta Palestina ou Grande Greve de 1936, momento de grande importância na história de resistência palestina contra a colonização. Consequentemente, não é mencionada a repressão do aparato policial-militar britânico, especificamente sobre a mobilização da população árabe, bem como o processo de desmantelamento das lideranças políticas e milícias palestinas. Essas lacunas reforçam a perspectiva de igualdade de forças, que está implícita no termo “conflito”, empregado nos próximos dois parágrafos analisados.

Na sequência, é abordada a expulsão e extermínio da população judaica europeia, nas mãos dos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial. Esse processo potencializou a imigração de judeus, que buscavam refúgio das perseguições, para a Palestina. Após, ocorre um salto temporal, para o fim da Segunda Guerra Mundial e para a repartição do território da Palestina, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta seria “uma alternativa para os conflitos entre judeus e palestinos: dois países seriam formados na Palestina” (Livro A, p. 185). Nos chamou a atenção que neste momento do texto não há registro sobre as posições colonialistas da GrãBretanha e do Movimento Sionista. O conteúdo aborda a perseguição sofrida pelos judeus na Europa como a principal justificativa para a criação de um Estado Judeu na Palestina. Esta informação, na nossa perspectiva, não corresponde aos fatos. Um dos mitos mais

propagados sobre a criação do Estado de Israel é de que todo o processo para sua existência surge a partir de uma tragédia humana, levada a cabo pelos nazistas contra os judeus europeus. Este pensamento ignora que, pelo menos desde o início do século XX, já existiam esforços de organizações sionistas que mobilizavam fortunas, a partir de doações internacionais, para compra de propriedades na Palestina, além de financiar e organizar movimentos migratórios massivos e mobilizar lobby político junto às grandes potências da época (França e Inglaterra). A perplexidade e revolta árabe, com a colonização territorial sionista, inicia no final da década de 20. Todos esses elementos estão diretamente relacionados as intenções de criação de um Estado judeu na Palestina, muito anterior à data de encerramento da II Guerra Mundial. O holocausto judeu é apenas mais um fator que auxiliou na catalisação do processo de criação de Israel, como uma forma de compensação das nações europeias pelas violências e morticínios sofridos impunemente por milhões de judeus.

Da mesma forma, não existe uma problematização sobre o projeto de limpeza étnica no território palestino como consequência da criação do Estado de Israel. Também não traz nenhum elemento que referencie o posicionamento orientalista do processo de repartição do território árabe palestino. Em nosso entendimento, a repartição é realizada por uma organização internacional (ONU), mas liderada apenas por nações ocidentais, que buscam defender seus interesses no Oriente Médio. Nações ocidentais que definiram de que forma o território árabe palestino deveria ser dividido com uma população estrangeira (europeia). Esta população, a não ser por um vínculo ideológico-religioso, fomentado ou reavivado poucas décadas antes, não mantinha qualquer identificação com a terra que passaria a invadir. A falta de abordagem desses tópicos naturaliza um processo de silenciamento da causa palestina.

Na sequência, em destaque, temos “A reação dos palestinos”, frente ao imposto pela ONU, que se apresenta da seguinte forma:

Os judeus aceitaram a proposta da ONU, mas os palestinos se sentiram injustiçados. Afinal, eles representavam dois terços da população da Palestina e, de acordo com a proposta da ONU, ficariam com apenas 43% do território.

Em 14 de maio de 1948, o líder judeu David Ben Gurión proclamou a fundação do Estado de Israel. Vários países árabes se uniram e declararam guerra ao novo país. Com um exército bem preparado, os israelenses não apenas venceram a guerra, mas tomaram terras dos palestinos - além daquelas indicadas pela ONU. Milhares de palestinos foram expulsos de suas terras e casas, que passaram a ser habitadas por famílias de imigrantes judeus.

No fim da guerra (1949), quase um milhão de palestinos ficaram sem ter onde morar e passaram a viver em campos de refugiados estabelecidos pela ONU. Os

Estados Unidos apoiaram Israel. A partir daí, o ódio entre israelenses e árabes apenas aumentou. (Livro A, p. 185-186).

Quanto à citação acima, identificamos algumas informações que consideramos relevantes e pertinentes. Os autores consideram a divisão do território uma injustiça, principalmente devido a desproporção populacional entre judeus (recém chegados) e árabes (mais numerosos e originários da região). Pode parecer um detalhe, mas apresentar que o exército israelense estava melhor preparado faz uma grande diferença. Um famoso mito sobre a criação de Israel é o confronto de Davi (Israel) contra Golias (aliança das nações árabes), onde os sionistas, embora inferiorizados numericamente e com poucas armas, conseguiram repelir o “rolo compressor” das nações árabes, muito mais poderosas militarmente. A indicação do avanço dos israelenses sobre territórios que não lhes pertenciam, segundo a partilha da ONU, também é um dado relevante. Mas, dentre todas as informações, a que se apresenta como mais interessante, refere-se ao reconhecimento da expulsão de um milhão de palestinos, que passaram a viver em campos de refugiados por falta de escolha.

Em sala de aula, indicamos que a partir desse excerto o educador complementa a reflexão abordando um tema muito debatido atualmente no meio acadêmico, trata-se da execução do Plano Dalet. Historiadores israelenses contemporâneos como Ilan Pappé (2017), em sua obra *Limpeza Étnica na Palestina*, apontam que a grande diáspora árabe palestina, ocorrida em 1948, não foi fruto da Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948), mas sim da colocação em prática de um plano meticulosamente planejado, com anos de antecedência, pelas lideranças sionistas. O Plano Dalet visava a expulsão sistemática dos palestinos, utilizando a força e o terror, limpando o território para a ocupação de imigrantes judeus. O Plano Dalet, implementado a partir de 1948, foi assumido como política de estado, visando a constituição de uma nação unicamente judaica. Interessante perceber que, embora os autores comentem a expulsão dos palestinos, a ocupação de territórios por colonos judeus e a constituição de campos de refugiados, não fazem menção a um termo fundamental nesse processo, a Nakba. Os palestinos compreendem 1948 como o ano em que perderam tudo, foram injustiçados, esquecidos pelo mundo e tornados apátridas, no território que seus antepassados ocupavam há mais de um milênio.

O subcapítulo “A união dos árabes”, faz uma contextualização da geopolítica dos países árabes após 1948, relatando a oposição do Egito contra a Inglaterra e a França, em 1952, uma vez que seu líder (Gamal Abdel Nasser) defendia o nacionalismo e o Pan Arabismo, a união dos países árabes contra os interesses das potências europeias. Relata também a entrada do “mundo

árabe”¹¹ na conjuntura da Guerra Fria, onde os Estados Unidos apoiaram Israel e a União Soviética os países árabes. Este subcapítulo é válido por disponibilizar um panorama das disputas internacionais que estavam acontecendo em paralelo ao processo de colonização Palestina. Esta visão, mais ampla, permite aos discentes compreenderem que a criação do Estado de Israel e a luta palestina não são situações isoladas, mas fazem parte de um contexto maior, de uma geopolítica regional.

O subcapítulo intitulado “A Guerra dos Seis Dias”, aborda um período de reação e resistência árabe-palestina, embora os termos “reação” e “resistência” não sejam empregados pelos autores no corpo do texto. Os primeiros dados apresentados são a fundação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a união de países árabes (Egito, Síria, Jordânia e Iraque) contra Israel. Essa mobilização fez com que os israelenses realizassem um ataque preventivo, de surpresa, destruindo “a aviação militar do Egito e imobilizando as forças militares da Síria. Israel invadiu novamente a península do Sinai, no Egito. As forças militares israelenses também ocuparam a Faixa de Gaza, a cidade de Jerusalém e a Cisjordânia” (Livro A, p. 188). No parágrafo seguinte é colocado que essa guerra corresponde ao segundo momento em que os palestinos são expulsos de suas terras. “O drama vivido por milhares de famílias palestinas parecia infundável. O ódio dos árabes contra os israelenses crescia” (Livro A, p. 188). Embora os autores registrem o drama “infundável” vivido pelas famílias expulsas, a expressão negativa de “ódio”, mesmo que justificado, é utilizada em relação aos palestinos. Por sua vez, as violências por parte dos israelenses dão a entender ações preventivas, reforçando uma ideia de legítima defesa, enquanto, de fato, tinham objetivo de expansionismo territorial e continuação da limpeza étnica.

O seguinte parágrafo nos traz a informação: “Para os países árabes, Israel tornou-se o grande inimigo e deveria ser destruído. O governo israelense, por sua vez, não admitia que os palestinos tivessem seu próprio país. Sem possibilidade de diálogo, grupos árabes recorreram a atentados terroristas, sequestros e assassinatos de israelenses” (Livro A, p. 188). Este trecho traz elementos para debate em sala de aula. Ele afirma que Israel nega o diálogo com as pessoas que estão sendo expulsas, da mesma forma que não admite a constituição de uma pátria palestina. Dois pontos devem ser destacados. Primeiro, que ao utilizar o termo “grupos árabes”, os autores separam os indivíduos que cometem os atos de violência do resto da população palestina, negando a ideia de que todo árabe é um terrorista em potencial. Segundo, apresenta os atos de

¹¹ Entendemos o Mundo Árabe todos os países do Oriente Médio e do Norte da África que adotaram como língua o árabe.

terrorismo, sequestro e assassinatos como uma reação as agressões e silenciamento impostos por Israel.

O subcapítulo termina com a retomada do filme *Lemon Tree*, trazendo a sequência de uma disputa judicial. No filme, uma mulher palestina luta contra o Ministro da Defesa de Israel, que determinou a destruição do pomar de limões do qual ela tira sua subsistência. A protagonista recorre as instâncias legais do estado israelense, levando a causa até a Corte Suprema, mas termina derrotada. O enredo exemplifica o silenciamento e a negação dos direitos que a população palestina sofre cotidianamente. Consideramos a indicação e comentário do filme um recurso pedagógico muito válido. Com eles o livro didático estimula os alunos a refletirem o que foi abordado no decorrer do subcapítulo e contribui para a superação de um pensamento estereotipado, onde as ações violentas dos palestinos não correspondem a qualquer justificativa aparente.

O quarto subcapítulo tem o título de “A Guerra do Yom Kippur”, definida como uma ofensiva surpresa do Egito e da Síria, com o objetivo de recuperar os territórios perdidos durante a Guerra dos Seis Dias, que a ONU estava pressionando Israel a devolver. Apesar do sucesso inicial dos países árabes, uma vez superado o elemento surpresa e com auxílio dos Estados Unidos, Israel reage e termina a guerra como vitorioso. A segunda parte deste subcapítulo faz uma contextualização geopolítica da região, abordando disputas em torno do petróleo no ano de 1973, que afetaram a economia mundial. Esta parte do livro se encerra, de forma muito objetiva, com os acordos que foram mediados pelos Estados Unidos, para trazer a paz entre Israel e Palestina. Entretanto, observamos que apenas consta a informação do apoio dos Estados Unidos à Israel, sem que sejam abordados os interesses (econômicos, ideológicos e geopolíticos) desta nação na constituição e manutenção de um estado judeu na região. Acreditamos que facultar essa informação aos discentes seria fundamental para melhor compreender porque do auxílio veemente desta poderosa nação ao pequeno país do Levante Oriental.

O último subcapítulo trabalha a temática da colonização israelense sobre o território árabe palestino, com o título “Entre a Guerra e a Paz”, que apresenta o acordo de Camp David (1979), entre o Egito e Israel. Na sequência, relata a construção de assentamentos israelenses na Cisjordânia, que são prejudiciais para o processo de paz. “Em 1987, jovens palestinos passaram a atacar os soldados israelenses com paus e pedras. Esse movimento ficou conhecido como Intifada - palavra árabe que pode ser traduzida como “revolta” ou “insurreição” (Livro A, p. 191). Este recorte não faz qualquer tipo de reflexão, apenas apresenta informações de maneira quase desconexas e lacunares, não abordando os principais temas que fizeram a primeira intifada

eclodir. Não pondera, por exemplo, a alta densidade demográfica na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, nas quais a população palestina está encurralada e cada vez mais oprimida pela imposição de assentamentos judeus, incentivados pela política de estado de Israel. Os autores mencionam o ataque de jovens palestinos (agressores) à soldados israelenses (agredidos), mas não articulam a gigantesca diferença de poder militar entre estes jovens palestinos e o exército de Israel. Os termos, “paus” e “pedras”, remete sim a falta de armas, mas, em nenhum momento, é utilizada a palavra “resistência”, a expressão que prevalece é “atacar”, o que, para nós, gera a sensação de belicosidade por parte da população árabe contra uma autoridade estatal instituída, o exército.

Por último, nesta parte, é apresentado o Acordos de Oslo, no qual a OLP reconheceu o direito de existência do Estado de Israel e este, por sua vez, aceitou a formação da Autoridade Nacional Palestina (ANP). O texto aponta que este acordo foi mal visto por ambos os lados e os confrontos continuaram. Esta temática se encerra com uma reflexão a partir da retomada do filme *Lemon Tree*, fazendo referência ao momento em que a Suprema Corte de Israel decide por cortar a metade das árvores da protagonista. Uma vez mais, a Palestina sai derrotada.

Os autores problematizam que ambos os lados saem perdendo com a violência. Esta informação pode ser bastante interessante, se o educador realizar a reflexão que tanto a população palestina, quanto a israelense, sofrem perdas de entes queridos e propriedades, devido ao conflito contínuo. Em se tratando de uma disputa tão desigual e com um avantajado histórico de opressão de uma das partes (Israel), é muito fácil cair no cômodo pensamento maniqueísta, de bons e maus, esquecendo que setenta anos de violência mútua geram um quadro complexo e delicado de tragédia humana, que afeta profundamente todos os envolvidos. Compreendemos o Estado de Israel através do conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018), pois este se organizou política e legalmente para, sistematicamente, perseguir, inferiorizar, expulsar e massacrar a população palestina. Mas, também através do conceito de nação suicidária (SAFATLE, 2020), pois seus atos de violência contra a população palestina insuflam grupos árabes paramilitares a ataquem e assassinarem cidadãos israelenses indefesos. Com isso, se fecha o ciclo, ou, se inicia um novo ciclo de violência, onde os adversários mutuamente retalham a retaliação, com resultados funestos para a população civil de ambos os lados.

Partimos agora para a análise das imagens, em um total de 8, que estão presentes neste capítulo. A primeira (Imagem 1) está logo no início do capítulo (p.182) e apresenta um mural em Jerusalém com a pintura do líder palestino Yasser Arafat. Conforme a legenda, a pintura foi realizada em um muro, construído pelos israelenses, no entorno da cidade de Jerusalém. Ao lado

da imagem de Arafat está a mensagem “Free Palestine” (Palestina Livre). Os créditos da fotografia são dados a Frederic Soltan, mas a pintura é anônima. Percebemos como interessante disponibilizar aos discentes a imagem daquele que foi o grande líder palestino durante décadas. Permite-se com isso, a vinculação entre o povo palestino, sua liderança, sua resistência e sua busca por liberdade.



Imagem 1- Mural representando o líder palestino Yasser Arafat, fotografia de Frederic Soltan, 2011 ¹².

A próxima imagem se encontra no recorte “A reação dos Palestinos”, centralizada na página 186 (Imagem 2). Segundo a descrição presente no livro trata-se de uma fotografia tirada entre 1948 e 1949, onde aparecem palestinos abandonando suas casas, carregando seus pertences. A descrição se apresenta da seguinte forma: “Árabes deixam suas terras na Palestina e fogem para o Líbano após os conflitos vencidos pelos judeus, entre 1948 e 1949” (Livro A, p. 186). Temos críticas quanto a legenda e a interpretação que esta possibilita. Ela pode induzir a compreensão que a culpa dos refugiados palestinos abandonarem suas casas se deve ao ataque dos países árabes, contra o recém constituído Estado de Israel. Os refugiados estariam fugindo do conflito e da derrota árabe, não das perseguições sistemáticas e massacres programados levados a cabo pelas forças sionistas, desde muito antes da declaração de criação de Israel. A legenda reproduz uma ideia fantasiosa, muito comum entre os defensores da “causa israelense”, de que os palestinos simplesmente abandonaram suas casas, por vontade própria, por não admitirem a existência do novo estado judeu. Afinal de contas, os palestinos, enquanto árabes, poderiam continuar sendo árabes em qualquer outro país vizinho, sem qualquer problema. Esse pensamento também reforça a ideia de ausência de uma identidade palestina e de uma verdadeira vinculação com a terra na qual viviam.

¹² VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 182.



Imagem 2- Palestinos fugindo de suas casas rumo ao Líbano, entre 1948 e 1949¹³.

Na página 188 estão presentes duas outras imagens. No canto superior esquerdo, temos a imagem onde aparece um menino de aproximadamente dez anos, na Cisjordânia, levantando um cartaz onde aparecem escritos em árabe e uma foto de Yasser Arafat, esta imagem é de 2011 (Imagem 3). Na parte inferior da folha temos uma fotografia de pessoas em ato de protesto ou de mobilização, com diversas bandeiras da Palestina, na cidade de Gaza (Imagem 4). Na descrição aparece que são apoiadores da OLP e o resumo do que é a Organização. Estas imagens trazem elementos que nos ajudam a visualizar tudo que foi retratado no subcapítulo “A Guerra dos Seis Dias”, principalmente sobre as formas de mobilização dos palestinos.



Imagem 3- Menino palestino segurando um cartaz com a foto de Yasser Arafat, na Cisjordânia, em 2011¹⁴.

¹³ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 186.

¹⁴ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 188.



Imagem 4- Apoiadores da OLP na cidade de Gaza, 2007¹⁵.

A próxima imagem está localizada na parte inferior da página 189 (Imagem 5) e apresenta soldados ajoelhados no deserto, com as mão para cima. A descrição indica que são soldados sírios que se renderam aos israelenses na região de Golan, em 1973. Esta imagem vem no sentido de representar a vitória dos israelenses, narrada durante o subcapítulo “A Guerra do Yom Kippur”, e condiz com o que está sendo abordado no texto.



Imagem 5- Soldados sírios se rendendo ao exército israelense, nas Colinas de Golan, em 1973¹⁶.

As próximas duas imagens estão na página 191, uma na parte superior direita e a outra no centro da parte inferior da folha, ambas no subcapítulo “Entre a guerra e a paz”. Na primeira (Imagem 6) aparecem alguns jovens com panos, cobrindo a cara no meio de destroços e de

¹⁵ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 188.

¹⁶ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 189.

fumaça, arremessando pedras. A descrição indica que são palestinos atacando soldados israelenses, durante a primeira Intifada, em 1987. Na segunda (Imagem 7), aparece um jovem, com uniforme militar, carregando um fuzil, seguido por outros jovens, com camisas brancas, portando bandeiras verdes da organização conhecida como Hamas. A descrição indica uma manifestação do grupo Hamas, em 1994, na Faixa de Gaza. Ambas as imagens estão bem empregadas na temática trabalhada neste recorte do texto, sendo ferramentas de visualização do que foi a primeira Intifada e do engajamento de uma nova geração de jovens na resistência contra o Estado de Israel.



Imagem 6- Imagem de jovens palestinos jogando pedras durante a primeira Intifada, em 1987¹⁷.



Imagem 7- Manifestação de jovens do grupo Hamas, na Faixa de Gaza, em 1994¹⁸.

¹⁷ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 191.

¹⁸ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 191.

Por fim, na página 196, na área com o título de “Roteiro de Estudos”, responsável pelo momento de reflexão e realização de atividades, temos uma fotografia de um jovem arremessando uma pedra na direção de soldados israelenses que, segundo a descrição, estão protegendo um assentamento de judeus na Faixa de Gaza, em 2011 (Imagem 8). De maneira geral as imagens estão bem colocadas nesta obra, sendo responsáveis por “dar vida” àquilo que está sendo trabalhado no corpo do texto.



Imagem 8- Jovem palestino atirando pedras em soldados israelenses, na Faixa de Gaza, em 2011¹⁹.

Neste capítulo do livro didático, temos a apresentação de quatro mapas, o primeiro (Imagem 9) está na página 184, com o título de “Oriente Médio” e é literalmente um mapa com toda a extensão desta região, situando ela no mundo. O segundo (Imagem 10) está na página 185, e tem o título de “Partilha da Palestina proposta pela ONU em 1947”, onde mostra aquilo que foi proposto pela ONU para a divisão do território palestino no período. Depois, na página 186 temos “A Palestina em 1949” (Imagem 11), que mostra a tomada dos territórios por Israel, para além do que foi estipulado pela ONU. Por fim, na página 189, aparece o mapa intitulado “A Palestina em 1967” (Imagem 12), que apresenta os territórios anexados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias. Todos os mapas apresentados tem sua fonte de referência. Estes mapas vem no intuito de situar geograficamente o “conflito” e delimitá-lo em momentos históricos, apresentando a expansão de Israel durante o processo colonialista.

¹⁹ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 196.



Imagem 9- Mapa do Oriente Médio contemporâneo, 2013²⁰.

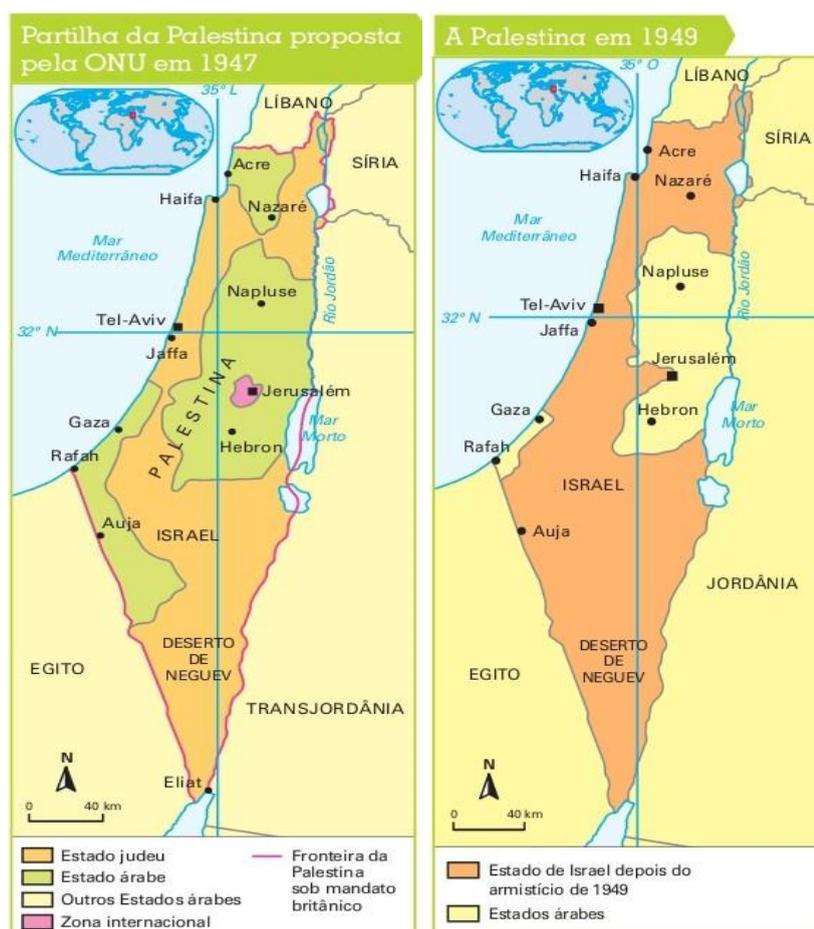


Imagem 11- Palestina em 1949²¹.

Imagem 10- Partilha da Palestina Proposta pela ONU em 1947²².

²⁰ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 184.

²¹ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 186.

²² VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 185.



Imagem 12- Mapa da Palestina após 1967²³.

Outro elemento que constitui este capítulo são as caixas de informações laterais, que nos trazem explicações adicionais sobre determinados conceitos, recomendações de leituras ou filmes, curiosidades sobre o conteúdo trabalhado, entre outras informações. Eles estão divididos entre os “Fique de olho”, os “Você já ouviu falar?”, o “Cá entre nós” e o “Seu lugar na História”. Temos apenas um “Cá entre nós”, que fica na segunda página deste capítulo (p. 183) e traz a informação de que o cristianismo, o islamismo e o judaísmo são religiões monoteístas, ou seja, acreditam em um único deus. Já as caixinhas com o título “Fique de olho” aparecem quatro vezes no decorrer das páginas. A primeira, na página 183, onde se faz a recomendação do filme *Lemon Tree*, que é abordado no decorrer do texto, essa recomendação contém uma pequena síntese do contexto do filme. A segunda, na página 185, aborda o filme *Kedma*, produzido por Israel, França e Itália, em 2002, com a direção de Amos Gitai. O filme aborda, a partir das duas perspectivas, judaica e árabe, a chegada de novos imigrantes sionistas, clandestinos, no território da Palestina, em 1948, e a ocorrência de conflitos armados pouco antes da declaração do Estado de Israel. Ainda nesta caixa aparece a recomendação do livro *Sumri*, escrito por Amos Oz e publicado no Brasil em 2005 pela editora Ática, com uma síntese de seu conteúdo. O terceiro “Fique de olho”, aborda o filme *Lawrence da Arábia*, produzido no Reino Unido e nos Estados

²³ VAINFAS; FERREIRA, 2018, p. 189.

Unidos, com direção de David Lean, lançado em 1962. Este clássico épico da cinematografia apresenta a ação da inteligência britânica, durante a Primeira Guerra Mundial, para organizar o levante das populações árabes contra o Império Turco Otomano. Aparecem as promessas inglesas às lideranças árabes, que não se cumprem. O filme é relevante pois, com o fim da Primeira Guerra, o território da Palestina, antes pertencente ao Império Otomano, se torna um protetorado britânico. A última caixa, com esse formato, está na página 188, recomendando o documentário *Promessas de um novo mundo*, com direção e produção de Justine Shapiro, Carlos Bolado e B. Z. Goldberg, que é uma produção estadunidense lançada em 2001. Essas recomendações são interessantes para o enriquecimento do debate e para que discentes interessados possam, através de filmes e livros (lúdico), complementar seus conhecimentos sobre o tema. Porém, seria interessante recomendações de filmes, livros ou documentários de obras produzidas por árabes, que trariam uma perspectiva diversificada.

Continuando a análise das caixas temos o modelo intitulado “Você já ouviu falar?”, que aparece três vezes neste capítulo. O primeiro, na página 186, traz a curiosidade de quem foi o diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, que presidiu a sessão da ONU que votou e aprovou a partilha do território palestino. O segundo, na página 187, traz a informação da fundação da OLP por Yasser Arafat, em 1964, e seu intuito de expulsar os israelenses da Palestina. O terceiro aborda a construção do muro da Cisjordânia, apresentando as opiniões de palestinos e israelenses sobre o muro, o que se faz interessante, pois permite ao discente ter acesso a opiniões distintas sobre a questão, podendo ser utilizado em aula pelo docente para reflexões envolvendo o grande grupo. Esse formato de caixas laterais aborda temas que são pertinentes para o entendimento deste conflito.

O último formato de caixa lateral que aparece nesta obra, está na página 189, e se chama “Seu lugar na História”, que se detém em explanar sobre as religiões apresentadas na caixa “Cá entre nós”, fazendo uma reflexão sobre sua presença no Brasil e estimulando os educandos a pesquisarem, comparando as diferenças e semelhanças de seus templos. Este é um momento muito importante, pois estimula os educandos a pensarem nas diferentes religiões que existem, e com a ajuda do educador, é possível estabelecer pontos para uma educação multicultural.

Na página 192 deste livro existe o formato que leva o título de “Documento”, que propõe uma reflexão sobre o conteúdo trabalhado. Nele aparece o depoimento de uma jornalista, a respeito da situação dramática dos refugiados palestinos, que perderam suas casas e propriedades para construções de assentamentos israelenses. Além do depoimento também há uma foto de palestinos sendo obrigados, por soldados israelenses, a abandonarem suas terras em

setembro de 1948. Encerrando esta seção estão duas questões (1- São muitos os dramas vividos pelos palestinos. Entre eles, o que mais incomoda Lamia e o pai de Kassam?; 2- Qual é um dos possíveis motivos, que pode ser apontado no texto, pelo qual Kassam arrisca sua vida, atirando pedras nas patrulhas israelenses por não possuir uma arma?) que devem ser respondidas a partir do depoimento e das imagens. Este recorte é muito interessante pois possibilita aos alunos lerem o relato de uma pessoa que esteve na Palestina e observou diretamente a situação abordada no conteúdo. Da mesma forma, instiga a trabalhar essas informações através da produção de respostas para as questões. Este é um dos materiais mais importantes que aparece na obra, pois efetivamente rompe o silenciamento sobre a questão palestina.

Temos no final deste capítulo um “Roteiro de Estudos”, que se constitui por questões e propostas de trabalho sobre o conteúdo que foi abordado ao longo do capítulo, aparecendo nas últimas duas páginas deste capítulo (p. 196-197). Existem dez questões, sendo quatro abordando a temática Israel x Palestina (1- Por que os árabes não aceitaram a chegada de judeus à Palestina, nem a fundação do Estado de Israel em 1948, resultando em guerra entre os dois povos?; 2- A Guerra dos Seis Dias, em 1967, teve relação com a OLP e com o egípcio Nasser. Desenvolva essa afirmação, levando em conta os motivos alegados e as consequências do ataque realizado pelos israelenses.; 7- Como podemos associar o brasileiro Oswaldo Aranha com a fundação do Estado de Israel?; 8- Qual a relação entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a Autoridade Nacional Palestina?), essas questões têm um viés tendencioso, pois ela incitam o aluno a refletir sobre a não aceitação de judeus no território palestinos pelos árabes que ali residiam, e que isso resultou em uma ação belicosa dos árabes, reforçando uma visão orientalista deles, além de questões superficiais, que levam o aluno a uma determinada resposta, como as questões 7 e 8.

Em seguida, temos a recomendação de uma pesquisa, a proposta é de que os alunos busquem na internet imagens e informações sobre as duas Intifadas e montem uma apresentação de slides e compartilhem com a turma. Vemos como produtiva essa proposta uma vez que contribui para o desenvolvimento de uma autonomia sobre o conhecimento por parte dos alunos. Eles são estimulados a pesquisarem, por conta própria, a respeito da temática trabalhada. Mas, em nosso entendimento, o principal nesta atividade é que ela permite aos discentes uma melhor compreensão sobre a resistência da população palestina, aspecto pouco explorado no corpo do texto principal desta obra.

Concluindo a análise da proposta de estudos, temos o tópico “O passado presente”, que traz um livro didático que, em 2010, foi adotado por um diretor de uma escola israelense. Esse

livro estava dividido em três partes em cada folha, uma com a versão israelense de determinado acontecimento, outra com a versão palestina do mesmo acontecimento e a última parte em branco, para que os alunos preenchessem com seu entendimento a partir das duas narrativas apresentadas. Na sequência, há o relato de que esse livro foi retirado de circulação pelo Ministério da Educação Israelense. Logo abaixo, aparece a seguinte questão: “Qual a sua avaliação sobre o livro didático adotado pelo diretor da escola israelense?” A questão se presta para a realização de duas reflexões. Uma, sobre a avaliação que o discente pode fazer sobre a validade ou não da metodologia utilizada na obra, que disponibiliza versões diferentes sobre um mesmo acontecimento. Por si só, esta proposta aproxima os alunos do fazer histórico, demonstrando que o que consideramos como fatos são baseados em pontos de perspectivas a partir de vivências diferentes. Outra, a informação de que o livro foi retirado de circulação pelas autoridades israelenses, diz muito sobre a tentativa de silenciamento e construção de uma versão única, a do Estado, sem possibilitar um entendimento mais amplo sobre o conflito. A proposta do livro contribuía para uma reflexão democrática, permitindo ouvir os dois lados de uma história, já que em uma democracia o peso de nossas vozes e escritas são iguais entre qualquer pessoa.

Este livro didático, segundo nossa compreensão de Ensino de História e de uma educação com princípios multiculturais deixa um pouco a desejar quanto ao conteúdo do texto principal. Percebemos que foram feitas escolhas que buscavam ser imparciais, mas esta tentativa terminou por fortalecer mais uma das narrativas, a israelense. Entretanto, identificamos que fora do texto principal (Os quadros “Fique de Olho”, a análise do “Documento”, na página 192, e os quadros “Você já ouviu falar?”) existem elementos muito válidos e interessantes para a efetiva construção de debates em sala de aula. O que podemos considerar como material extra-texto, aborda de forma dinâmica e diversificada a causa e resistência palestina, bem como a complexidade do conflito. As imagens, informações e questionamentos deste material estimulam um imaginário diferente daquele normalmente colocado pelo senso comum.

Dos quatorze termos selecionados para identificar no texto referências sobre a colonização do território palestino, sete (Resistência, Terrorismo, Acordo, Campos de Refugiados, Autoridade Palestina, Sionismo e Religião) aparecem de maneira direta em qualquer um dos objetos que constituem o capítulo; dois (Shoah e Diáspora Palestina) não aparecem diretamente escritos, mas seus conceitos são explicados para os leitores indiretamente; por fim, cinco (Orientalismo, Colonialismo, Nakba, Apartheid e Limpeza Étnica) não aparecem e nem são mencionados no decorrer desta obra, criando uma lacuna importante em seu

conteúdo. Em nossa compreensão, a completa ausência destes cinco termos representa uma prejudicial suavização sobre a precária situação da população palestina, que se prolonga há, pelo menos, sete décadas. Ao não se apresentar, mesmo que indiretamente, a compreensão sobre conceitos como Limpeza Étnica, Apartheid e Colonialismo, em relação à história da Palestina, podemos incorrer na falha da manutenção de um silenciamento perigoso, no qual tudo pode ser resumido a um conflito, muitas vezes reduzido apenas a questões religiosas, onde as duas partes tem iguais condições de disputa e a mesma razão e legitimidade para recorrer a violência. Entendemos que, justamente, estes três conceitos (que estão intimamente vinculados a Nakba e Orientalismo) permitem uma compreensão da gigantesca disparidade de forças entre as partes beligerantes e, principalmente, de qual parte se originou, e continua existindo, a invasão e a subjugação.

3.3 Historiar (Livro B)

O próximo livro didático a ser analisado tem título de “Historiar” (Livro B), escrito por Gilberto Cotrim (Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professor de História na rede particular de ensino) e Jaime Rodrigues (Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas e Professor de História na Universidade Federal de São Paulo). Foi publicado pela Editora Saraiva e tem validade para os anos de 2020 a 2023. Esta obra foi dividida em 4 blocos, compostos por 15 capítulos, tendo no capítulo 13 “África, Ásia e Oriente Médio” um subcapítulo, chamado “Oriente Médio”, entre as páginas 207 e 209, que aborda a temática Israel x Palestina. Este subcapítulo está dividido em quatro partes, sendo a primeira “Introdução”, a segunda “Conflitos árabe-israelenses”, a terceira “A questão Palestina” e a quarta “A Criação da OLP”.

A Introdução está na página 207 e se encarrega de realizar uma contextualização do território conhecido como Oriente Médio, relatando os povos que ali se desenvolveram e sua extensão. Apresenta que no início do século XX essa região estava sob domínio colonial europeu e que logo após a Segunda Guerra Mundial se iniciaram movimentos de independência, concluindo que “[...] novas guerras começaram, como os conflitos árabe-israelenses”. Este trecho busca realizar um apanhado rápido do que é o Oriente Médio, mas contextualiza de maneira errada os embates entre árabes e israelenses, pois devemos entender que esse momento histórico se inicia com a imigração de judeus para a palestina, pelo menos quarenta anos antes da Segunda Guerra Mundial, e que só existem tais conflitos que foram citados, devido a um

movimento de expulsão dos palestinos de suas casas, desta forma o livro situa mal cronologicamente esta que seria uma espécie de introdução do tema.

O recorte seguinte deste subcapítulo se chama “Conflitos árabe-israelenses”, na página 208, onde se realiza uma síntese da história do povo judeu, elencando sua diáspora durante o período da Antiguidade, provocada pelos romanos, colocando que apesar da dispersão, eles mantiveram preservada sua identidade cultural. Em seguida traz que a situação judaica mudou no final do século XIX, quando grupos judeus começaram a comprar terras na Palestina, e apresenta isso como o movimento sionista. Aborda também que esse movimento de imigração para a Palestina foi acentuado durante as perseguições nazistas ao povo judeu. Por fim, os autores abordam que a opinião pública internacional ficou abalada com as 6 milhões de mortes de judeus, durante o Holocausto e que isso contribuiu para a aprovação na ONU na criação de um Estado Judeu na Palestina em 1947. Este recorte, apesar do título sugerir outra coisa, faz uma síntese da história de Israel, justificando sua criação, sem realizar qualquer tipo de problematização sobre o mesmo, dando a impressão de que o território desse estado foi comprado ao longo do tempo. Desta forma, o presente recorte termina por ser tendencioso, devido a grande falta de informações, que leva a ignorar por completo a presença e resistência palestina ao processo de imigração judaica.

Partindo para o terceiro momento deste subcapítulo, que está intitulado “A questão Palestina” (página 208), os autores abordam a decisão da ONU prever a criação de um estado palestino na região, mas isso não aconteceu, fazendo os países árabes vizinhos sentirem-se usurpados pela criação do Estado de Israel, o que gerou a Primeira Guerra Árabe-Israelense, que terminou com a vitória de Israel e a perda de terras destinadas aos palestinos. “Diante disso, milhares de palestinos refugiaram-se na Jordânia, Síria, Líbano e Egito e reivindicaram o direito de constituir seu Estado. A partir daí, ocorreram novos confrontos entre israelenses e povos vizinhos de maioria muçulmana” (Livro B, p. 208). Este terceiro recorte trata de maneira muito superficial a forma como ocorreu a perda de territórios pelos árabes palestinos, separando a luta dos vizinhos árabes da resistência palestina durante esse período, colocando que a Primeira Guerra Árabe-palestina foi iniciada pelos vizinhos dos palestinos, e que suas derrotas na ofensiva fez com que os palestinos perdessem o restante do território. É uma narrativa que não auxilia na compreensão do que foi, para os palestinos, a perda de sua terra, além de colocar Israel em posição de defesa e não de agressor dentro do Oriente Médio. Por fim temos o título deste recorte que utiliza o termo “Questão” para tratar dos palestinos. Segundo Edward Said (2012), existe uma problemática quanto a essa designação, pois faz referência a um assunto

distante e isolado, que perdura há muito tempo e com uma solução difícil de ser alcançada, além de parecer incerto e/ou duvidoso. Desta forma reforçando um imaginário que é propagado pelo senso comum de que é um conflito “sem solução”.

O último recorte leva o título de “Criação da OLP”, na página 209, onde proporciona um rápido histórico desta organização. Neste, disponibiliza a informação de que em setembro de 1993 foi assinado um acordo de paz entre o Arafat e o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, onde “[...] a OLP reconhecia o Estado de Israel, e o governo israelense aceitava a formação de um Estado palestino” (Livro B, p. 209). Acrescenta que a partir desta determinação formou-se o primeiro governo palestino autônomo, a Autoridade Nacional Palestina, com sede na cidade de Ramallah, mas o acordo não vingou, pois em 1995 ocorreu o assassinato de Rabin, por um fundamentalista judeu. Posteriormente, é colocado que em 2004 Arafat morreu e houve uma retomada do diálogo entre palestinos e israelenses, mas que não avançou rumo a soluções pacíficas e duradouras. Nos dois últimos parágrafos deste recorte, é feita uma síntese de como estão as tratativas entre Israel e Palestina contemporaneamente, elencando que a desavença segue, principalmente em torno de Jerusalém. Israelenses e palestinos desejam constituir sua capital nesta cidade, mas Israel conta com o apoio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O recorte se encerra com o seguinte trecho: “Desde 2008, as forças israelenses promoveram ataques à Faixa de Gaza, onde viviam mais de meio milhão de palestinos. A justificativa para esses ataques são os lançamentos de foguetes palestinos contra localidades ao sul de Israel” (Livro B, p. 209).

Este recorte final (“Criação da OLP”) tem alguns pontos interessantes e outros que geram preocupação, o destaque dado para a principal organização de resistência dos palestinos (OLP), é relevante para entendermos momentos da luta deste povo. As negociações de paz ocorridas na década de noventa, apresentam lacunas, como a não menção das intervenções dos Estados Unidos, o não uso do nome “Acordo de Oslo” que é importante para termos uma fonte de onde foram tiradas as informações e resoluções sobre esse processo de paz e o quanto ele foi prejudicial para o povo palestino. Contudo elencar o fato de que um dos motivos para a paz não ter vingado foi o fundamentalismo de um judeu (assassino de Yitzhak Rabin), este é um ponto importante de ser abordado, já que frequentemente o termo “fundamentalismo” é utilizado para designar ações dos povos árabes. No final deste trecho é colocado o debate do tema Israel x Palestina nos dias atuais, elencando os ataques que ocorreram em Gaza (2008) e as disputas por Jerusalém, é um bom ponto deste recorte, pois tira a dimensão de que a História, enquanto disciplina, deve tratar apenas de temas do passado. Além disso, aborda o apoio na contestação

por Jerusalém dos Estados Unidos e de um presidente de extrema direita (Donald Trump) para Israel. No último momento tratando desta temática nesta obra, os autores colocam Israel como provedor de ataques na Faixa de Gaza contra palestinos, mesmo trazendo a justificativa israelense é importante termos no imaginário que não são as populações árabes que continuam buscando o conflito.

O problema detectado nesta obra, em específico, é a variedade de assuntos em um mesmo capítulo, o que prejudica a compreensão sobre a temática Israel-Palestina. Estas, assim como as demais temáticas, terminam por ser trabalhadas muito superficialmente. Identificamos no subcapítulo uma divisão de abordagens sobre o tema. A primeira (p. 208), trata a formação do Estado de Israel a partir de uma narrativa claramente favorável a ideologia sionista, já que relata apenas da perspectiva judaica de ocupação do território palestino, sem refletir sobre os nativos que já residiam está região. A segunda (p. 209), traz alguns elementos que constituem a resistência palestina, mas isso ocorre de forma lacunar, pois não apresenta, se quer, a Primeira Intifada, símbolo máximo da luta palestina contra Israel e principal motivo para ocorrer o acordo de Oslo. O texto principal, apenas cumpre em apresentar uma base mínima sobre o conteúdo proposto, o que, pelo tamanho deste subcapítulo, parece ser o intuito dos autores.

Partiremos agora para a análise das duas imagens que se apresentam neste subcapítulo. A primeira se encontra na página 208 (Imagem 13), e é uma fotografia de 2018, que retrata vários pequenos barcos de pesca, no Mar Mediterrâneo, junto à costa de Gaza, com bandeiras da Palestina hasteadas. Na descrição aparece que são barcos pesqueiros e que eles, devido ao bloqueio naval imposto por Israel, não podem se afastar mais de 9 quilômetros da costa. A imagem traz os palestinos em um contexto de repressão, onde sofrem imposições de limitação de movimentação, impedindo que realizem pesca em alto mar e com isso dificultando seu sustento. Observamos que esta imagem está completamente desconectada do texto principal desta página e, até mesmo, deste subcapítulo. Apenas a leitura da legenda a torna compreensível.



Imagem 13- Pescadores palestinos em Gaza, 2018²⁴.

A segunda imagem, está na página 209 e apresenta um sorridente líder da OLP (Imagem 14). A legenda indica que é uma fotografia de Yasser Arafat, tirada em 2002. Esta imagem tem conexão com o texto que, nesta página, trata da liderança palestina. Pode parecer pouco, mas, em nosso entendimento, representar Arafat sorrindo, tem grande impacto. Este recurso humaniza o líder da OLP, que internacionalmente foi considerado um famigerado terrorista. Com certeza, temos consciência das ações violentas e atentados levados a cabo pela OLP, em diversos países, mas há uma razão por trás disso. Arafat, assim como os integrantes da OLP não são monstros, são combatentes que recorreram a recursos extremos contra a invasão de seu país. Também não são anjos e não podem ser idealizados. São apenas humanos. Na abordagem histórica, de temas sensíveis como Israel-Palestina, o maniqueísmo pouco ajuda, apenas simplifica algo que deve ser tomado a partir de um pensamento complexo, sem heróis, sem mocinhos.



Imagem 14- Yasser Arafat em 2002²⁵.

²⁴ COTRIM; RODRIGUES, 2018, p. 208.

²⁵ COTRIM; RODRIGUES, 2018, p. 209.

Por fim, como último recurso didático que se apresenta nesta obra, temos os mapas, que são dois. O primeiro na página 207, com o título de “Oriente Médio (divisão política)” (Imagem 15) e apresenta todos os países que constituem o Oriente Médio. Na parte inferior do mapa aparece a seguinte questão: “Quais países fazem parte do Oriente Médio?”, que busca fazer com que os alunos reflitam e reforcem sobre quais países estão presentes nessa região, para construir um imaginário geográfico do tema que será abordado. O segundo mapa aparece na página 208, intitulado “Divisão da Palestina proposta pela ONU (1947)” (Imagem 16), e nele se apresenta exatamente o que é proposto em seu título. Este mapa está vinculado ao que está em debate no texto principal desta página, que é a partilha realizada pela ONU. Ambos os mapas apresentam suas fontes e estão colocados em momentos chaves para auxiliar na compreensão do conteúdo.



Imagem 15- Mapa da divisão política do Oriente Médio contemporâneo²⁶.

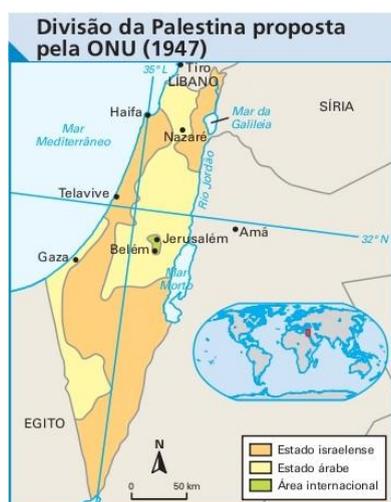


Imagem 16- Mapa da partilha feita pela ONU em 1947²⁷.

Este subcapítulo, tem como função elencar de maneira descritiva algumas informações para a constituição de uma base sobre o conteúdo histórico do “conflito” entre israelenses e

²⁶ COTRIM; RODRIGUES, 2018, p. 207.

²⁷ COTRIM; RODRIGUES, 2018, p. 208.

palestinos, mas conforme o recorte feito pelos autores, algumas informações e conceitos foram deixados de lado. A linguagem dele, pelo que entendemos, está adequada à faixa etária que irá consumir este livro didático.

Dos 14 termos/conceitos propostos como fundamentais para entendermos a história da colonização do território palestino, apenas três se apresentam neste capítulo de forma direta (Acordo, Autoridade Palestina e Sionismo), um de forma indireta, onde se é explicado, mas não é utilizado o termo/conceito (Diáspora Palestina) e dez não aparecem nesta obra (Orientalismo, Colonialismo, Resistência, Terrorismo, Nakba, Shoah, Apartheid, Campos de refugiados, Limpeza Étnica e Religião). Desta forma, entendemos que esta obra está bastante defasada e oferece apenas parâmetros mínimos de entendimento sobre o tema em análise, cabendo ao educador todo o esforço de complemento das diversas lacunas existentes. Em nosso entendimento, de fato, a obra não expressa, não identifica, adequadamente o drama humano vivido pelo povo palestino, nem pondera a culpabilidade da ocupação territorial e opressão imposta pelo Estado de Israel, e da mesma maneira ela não permite uma compreensão, a não ser superficial, sobre a causa palestina.

3.4 História: Sociedade & Cidadania (Livro C)

O último livro didático a ser analisado neste trabalho, tem o título de “História: Sociedade & Cidadania” (Livro C), que foi escrito por Alfredo Boulos Júnior (Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). A obra foi publicada pela editora FTD e tem validade para os anos de 2020 a 2023. Esta obra está dividida em quatro blocos, compostos por 15 capítulos. O capítulo 5 é intitulado “A Primeira Guerra Mundial” e entre as páginas 76 e 90 a temática Israel x Palestina é apresentada. Este capítulo está dividido em três subcapítulos, sendo o terceiro denominado “O saldo trágico da Primeira Guerra”, no qual efetivamente aborda o objeto de interesse desta pesquisa, mais especificamente entre as páginas 85 e 89.

Neste subcapítulo, o primeiro recorte que aborda o conteúdo de Israel x Palestina se encontra na página 85, tendo em destaque o título “A Questão Palestina”. O autor inicia com a contextualização dos interesses da Grã-Bretanha e da França no Oriente Médio, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). “Inicialmente, a Grã Bretanha ora pendia para os árabes, ora para os judeus. Depois, com o objetivo de atrair a poderosa comunidade judaica, a Grã-Bretanha assinou, em 1917, a Declaração Balfour, pela qual prometia apoiar a formação de

um Estado judaico na Palestina” (Livro C, p. 85). Acrescenta que, com a vitória na Primeira Guerra, França e Grã-Bretanha dividiram o controle do Oriente Médio. Este primeiro trecho apresenta informações interessantes, pois contextualiza na Primeira Guerra Mundial os interesses das potências europeias em territórios do Oriente Médio e de que forma esses interesses fomentaram o início do conflito entre judeus e palestinos. A identificação da Declaração Balfour e seu conteúdo é importante, pois esse documento foi o que legitimou o início da tomada dos territórios palestinos por sionistas.

O próximo trecho da página 85 se situa nas décadas de 1930 e 1940, onde é colocado que a perseguição nazista na Europa fez milhares de judeus fugirem para a Palestina, gerando sérios atritos entre estes imigrantes e a população árabe que lá habitava. A página se encerra com informações sobre o interesse pelo petróleo na região do Levante Oriental, encabeçado pelos Estados Unidos e Inglaterra. De maneira muito sucinta esta página busca realizar uma contextualização dos interesses do Ocidente sobre a região da Palestina para criação de um Estado judeu.

A página 86 inicia com o sistemático extermínio de milhões de judeus pelos nazistas na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45), apontando que logo após a Grã-Bretanha anunciou o fim do seu Mandato sobre a Palestina e a retirada integral de suas tropas. “Nesse contexto, em 1947, a ONU, em assembleia presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou um plano de partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e outro árabe” (Livro C, p. 86). Logo após essa assembleia o Estado de Israel foi fundado, em 1948. O autor traz que “os países árabes, no entanto, reagiram à criação do Estado de Israel atacando-o militarmente. Israel revidou e, com ajuda externa, venceu a guerra, ocupando, então, cerca de 25% do território reservado aos palestinos no plano de partilha da ONU” (Livro C, p. 86). Junto a essa perda de territórios é apresentado que 750 mil palestinos deixaram as terras em que viviam e se tornaram em refugiados na Faixa de Gaza e em países árabes vizinhos, situação que ficou conhecida como “Questão Palestina”. O autor coloca que a partir desse momento diversas guerras entre árabes e judeus se iniciaram na região, frisando que elas se encontram na lógica das disputas da Guerra Fria. Ainda neste trecho, é apresentado que os principais motivos para esses conflitos intermináveis seriam a disputas por terras cultiváveis e recursos hídricos, controle das áreas petrolíferas e as divergências entre islâmicos e judeus, aguçadas por seguidores radicais em ambos os lados.

A página 86 apresenta pontos interessantes e outros que teriam que ser repensados. Embora seja apresentada a ocupação dos territórios por Israel que pertenciam aos palestinos na

proposta de partilha, esta situação não é suficientemente esclarecida. Por exemplo, em sua proposta de revisão histórica poderia fazer uso de informações mais recentes, abordando o processo de limpeza étnica e liberação (a força) do território, por parte dos israelenses. A ausência desses temas pode induzir a pensar que os árabes da Palestina, simplesmente, se opuseram ao plano de reparação feito pela ONU para auxiliar as vítimas do Holocausto. A forma que a obra aborda a situação, conduz a pensar no direito, na necessidade legítima de uma organização internacional criar um espaço de proteção para uma população que foi perseguida e massacrada (judeus europeus). A tendência é compreender que os árabes estão se opondo a esta legitimidade e, mais, estão se opondo que as pessoas recebam proteção e reiniciem suas vidas depois de uma grande tragédia. Neste ponto, pode se formar a ideia de que os judeus/sionistas estão lutando por seu direito à terra, que tem como desdobramento a expulsão dos agressores árabes.

Da mesma forma, em “ajuda externa”, ao tratar da vitória israelense na guerra de 48 e de como a Guerra Fria influenciou as disputas no Oriente Médio, é importante frisar a importância da criação de um “estado ocidental” no Oriente e, por isso, o apoio das potências globais que faziam parte da ONU para a partilha do território da Palestina. No final deste recorte, são apresentados motivos para os “conflitos intermináveis”. Os refugiados até são apresentados como um dos motivos dos conflitos, mas sem problematização. A forma que o tema é apresentado, neste ponto do livro, dá a entender que os campos de refugiados pertencem ao passado, que não existem mais. Com isso, a obra perde de indicar a manutenção dessa situação ainda nos dias de hoje.

O próximo trecho está entre as páginas 87 e 88, pois na página 87 aparece uma tabela com as principais guerras árabe-israelenses, acompanhadas de um resumo. A primeira é a Guerra de Suez (1956), onde aparece uma síntese dos motivos que levaram o presidente do Egito a nacionalizar o Canal de Suez. Aqui também se apresenta que Israel, com o apoio da França e da Grã-Bretanha, atacou o Egito e controlou o Sinai por um curto período de tempo. Depois, temos a Guerra dos Seis Dias (1967), na qual Israel alegou a necessidade de se defender preventivamente contra seus vizinhos, ocupando o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as colinas de Golã. Em seguida, a Guerra do Yom Kippur (1973), uma ofensiva do Egito e da Síria contra Israel, mas que foi vencida pelos israelenses e, por fim, a Guerra do Líbano (1982), que segundo a síntese, foi uma operação militar israelense para “atacar os palestinos que estavam que “os palestinos estavam escondidos”, permite a conotação de alguém que tem culpa, que se esconde para não responder por seus crimes. Dessa forma, a ação israelense pode dar a entender

algo justificável, na medida em que está punindo criminosos. Na página 88 o autor apresenta que um dos principais efeitos dessas guerras foi o aumento no número de palestinos que deixaram ou perderam suas casas.

Vivendo em campos de refugiados, em condições precárias, os palestinos organizaram vários grupos de resistência armada, o principal dos quais é Al Fatah, liderado por Yasser Arafat até 2004, quando faleceu. Em 1964, esses grupos se juntaram na Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cujo objetivo era combater Israel e reconquistar as terras perdidas (Livro C, p. 88).

Este recorte apresenta os principais conflitos entre árabes e israelenses, com sínteses bem construídas, que ajudam a entender os motivos de cada uma dessas guerras. Mas, o principal é a reflexão a respeito de como essas guerras afetaram a vida da população palestina, que passou, cada vez mais, a viver em campos de refugiados, em condições precárias, como frisa o autor. Desta forma, o tema dos refugiados é retomado neste ponto do livro, agora com problematização. O trecho ainda apresenta as formas encontradas pelos palestinos para resistir, através da organização da luta armada.

Em nosso entendimento, este momento do livro tem várias questões relevantes. A situação desfavorável dos palestinos é apresentada como fruto das disputas de potências ocidentais. No quadro de síntese dos conflitos, Israel é apresentado como causador de três das quatro guerras. Está registrado o impacto nefasto que essas guerras tiveram sobre a população árabe palestina, que passa a viver, na sua maioria, em campos de refugiados. A organização armada palestina se apresenta como um reflexo das ações belicosas israelenses. Esta informação vai contra o estereótipo comumente propagado de que os árabes são naturalmente agressivos, o que os leva a viver em uma espécie de “eterno conflito”, causado por eles mesmos.

Acreditamos que é importante levar ao conhecimento dos discentes a histórica perseguição, opressão e extermínio dos palestinos pelo Estado de Israel. Entretanto, a população palestina não deve ser reduzida apenas a vítimas, não é possível apagar ou silenciar décadas de resistência, de luta intensiva, através de mobilizações populares espontâneas, de organizações políticas e, tantas vezes, das armas. Os palestinos, frente as agressões sofridas, não são inertes, lutam, se opõem, resistem da forma que lhes é possível. A população palestina pode ocupar neste “conflito” a posição de oprimida, mas jamais de passiva.

O recorte final de texto desta terceira obra, se encontra nas páginas 88 e 89, que trata do processo de busca pela paz na região. É colocado que após a Guerra dos Seis Dias, com a ocupação israelense da Faixa de Gaza e na Cisjordânia, o clima de tensão era permanente. Em 1987, “os civis palestinos que viviam nessas áreas (jovens e mulheres, geralmente) atacaram

soldados israelenses com paus e pedras e, como estes revidassem com tiros, muitos acabaram mortos” (Livro C, p. 88). O autor identifica essa revolta popular como Intifada. Em seguida é tratado o Acordo de Oslo, apresentando os nomes dos líderes palestinos e israelenses que o assinaram. “Esse acordo propiciou a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), governo autorizado a negociar com outros governos” (Livro C, p. 89). Porém, o autor coloca que o acordo foi desrespeitado e os conflitos se agravaram durante os anos 2000, explodindo a segunda Intifada, a qual Israel reagiu com a reocupação de áreas que estavam sob domínio da ANP, inclusive sua capital, Ramallah.

Podemos ver nestes trechos que o autor aborda temas relevantes sobre a história da Palestina, tais como a primeira e segunda Intifadas, a diferença militar entre árabes e judeus e a participação de jovens e mulheres no processo de revolta popular. Esses elementos são importantes para pensarmos os palestinos como sujeitos históricos. Por outro lado, apresenta o Acordo de Oslo de maneira muito superficial, sem desenvolver as intervenções estadunidenses, nem o franco favorecimento de Israel nas negociações. Referencia apenas que o Acordo foi desrespeitado. As lacunas de informações não auxiliam no entendimento do porque o acordo de paz não surtiu efeito, não problematiza se o acordo, da forma que foi conduzido, realmente buscava a paz. Da mesma forma, ao comentar a segunda Intifada, o autor não registra os motivos que dão início a esse levante popular palestino. Entendemos que estas sínteses excessivas abrem espaços para interpretações pouco embasadas, ou mesmo, descoladas do processo histórico.

Na última parte deste recorte, na página 89, o autor registra a morte de Arafat, em 2004, e a ascensão do Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) no parlamento palestino, no ano de 2006. Este grupo, por ser “radical”, como é definido pelo autor, se opõe às negociações de paz com Israel, fazendo a manutenção do impasse. “Atualmente, a violência entre palestinos e judeus parece não ter fim. Em 14 de maio de 2018, uma manifestação por terra reunindo 35 mil palestinos, no dia da inauguração da embaixada estadunidense na cidade de Jerusalém, resultou em 55 mortos e 2 mil feridos” (Livro C, p. 89). Ponto positivo neste recorte são as informações sobre o contexto atual na região do Oriente Médio. Se faz importante trazer para os educandos realidades mais próximas, contemporâneas, demonstrando que a História não é uma disciplina que deve ser tratada de maneira desconexa com o presente. O tema do fundamentalismo e radicalismo de grupos palestinos e israelenses, é apresentado sem contextualização ou explicações, o que abre margem para uma interpretação orientalista do que são essas organizações.

O autor conclui elencando obstáculos para a paz entre palestinos e israelenses:

- a) O fundamentalismo de grupos islâmicos, que promovem atentados terroristas contra civis israelenses e se recusam a aceitar o Estado de Israel;
- b) O radicalismo de lideranças judias, que não admitem a existência de um Estado palestino;
- c) A construção de novos assentamentos judaicos na parte oriental de Jerusalém, reivindicada pelos palestinos como sua capital;
- d) A existência de um muro construído pelo governo de Israel para a proteção dos colonos israelenses na Cisjordânia;

O autor não define o que entende por “atentados terroristas” e utiliza essa expressão apenas para os grupos islâmicos, desconsiderando que os radicais judeus (citados) também cometem o mesmo tipo de violência. Essa forma de colocar as informações reforça o estereótipo muçulmanoterrorista. Também poderia ser problematizado pelo autor o impacto do muro da Cisjordânia sobre as populações palestinas. O muro reforça a perspectiva de *Apartheid*, pois é um recurso do governo de Israel para limitar a circulação da população árabe e tem como principal justificativa a proteção dos colonos judeus, que invadem o território palestino.

Neste capítulo aparecem quatro imagens, sendo a primeira na página 86 (Imagem 17), a segunda e terceira na página 88 e a quarta na página 89. Na primeira imagem temos uma mulher sentada com seu filho no colo, na legenda aparece que é uma refugiada de Ramallah, em 1948. Esta imagem se apresenta no momento em que o texto trata da derrota palestina na primeira guerra árabe-israelense e a perda de 25% dos territórios reservados aos palestinos. Esta imagem está muito bem colocada como recurso visual, para que os educandos entendam como esse processo afetou a vida de pessoas comuns e retirou de suas casas milhares de famílias.



Imagem 17- Refugiada palestina com seu filho, na Região de Ramallah, em 1948²⁸.

A segunda imagem (Imagem 18) é uma foto de Yasser Arafat durante uma Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974, aparecendo na legenda uma síntese dos principais

²⁸ BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 86.

momentos dele como líder da OLP, até ganhar seu Prêmio Nobel da Paz, em 1995. Esta imagem vem no intuito de mostrar a liderança palestina que é abordada no corpo do texto, o que ajuda na visualização e entendimento dos grupos de resistência palestinos.



Imagem 18- Yasser Arafat em 1974²⁹.

A terceira imagem é um desenho (Imagem 19), onde aparece uma pessoa com a bandeira da Palestina, outras armadas com estilingues e pedras, que atacam um tanque de guerra, e uma criança ferida sendo carregada. A descrição indica que o desenho foi feito em 2010, por uma criança internada no Centro de Saúde Mental de Gaza. A imagem possibilita problematizar o impacto da guerra sobre as crianças e como estas viram e viveram as Intifadas. O livro *Em Estado de Choque* (2016), do reporte palestino Mohammed Omer, faz o relato de mortes indiscriminadas de crianças pelo exército israelense na Faixa de Gaza. A obra apresenta que escolas, creches, parques e hospitais infantis são utilizados com alvos em ataques aéreos, bombardeios e incursões de tropas israelenses. Na campanha Operação Margem Protetora, de 2014, na qual Israel atacou a Faixa de Gaza com todo seu poder bélico, 536 crianças foram assassinadas e milhares foram mutiladas, além dos incontáveis casos de traumas psicológicos profundos causados pelos horrores da guerra (OMER, 2016).

²⁹ BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 88.



Imagem 19- Desenho feito em 2010 por crianças do Centro de Saúde Mental de Gaza, retratando as Intifadas³⁰.

Por último, temos uma fotografia (Imagem 20) de dois meninos andando abraçados, um com a *keffiyeh* árabe e o outro com o *kipah* judeu. Na legenda informa que é uma fotografia de 2002 e apresenta uma reflexão sobre a viabilidade da paz. A imagem está colocada ao lado de informações sobre os obstáculos para paz entre israelenses e palestinos. De uma maneira geral, as imagens estão bem empregadas nesta obra, indo de acordo com o que é abordado no texto principal e auxiliando na visualização do contexto histórico.



Imagem 20- Menino palestino caminhando abraçado a um menino israelense, em 2002³¹.

³⁰ BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 88.

³¹ BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 89.

Existem três mapas nesta obra didática, sendo o primeiro na página 85, com o título de “O Oriente Médio dividido pela Liga das Nações (1922)” (Imagem 21), onde se tem os territórios destinados à França e Grã-Bretanha, após o fim da Primeira Guerra Mundial. Neste mapa se identificam os países que cada potência europeia ficou responsável por administrar. Paralelo ao mapa, o texto trata justamente do período dos mandatos na região.



Imagem 21- Mapa da divisão do Oriente Médio realizado pela Liga das Nações, em 1922³².

O segundo mapa está na página 86 (Imagem 22), com o título de “Partilha da Palestina proposta pela ONU (1947)”, em sua legenda apresenta que a maior parte dos territórios ficou em mãos judias, embora representassem uma minoria na Palestina. Este mapa também está bem colocado, pois vem com o intuito de demonstrar o que foi proposto pela ONU, durante a assembleia que aprovou a partilha. O último mapa aparece na página 87 (Imagem 23), com o título “A Guerra dos Seis Dias (1967)” e apresenta, através de setas, a expansão israelenses, demonstrando os territórios que foram anexados. O mapa se encontra logo abaixo da tabela das guerras pós 1948

³² BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 85.



Imagem 22- Mapa da partilha da Palestina proposta pela ONU, em 1947³³.



Imagem 23- Mapa da expansão israelense durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967³⁴.

Finalizando, consta no capítulo um exercício, composto por questões a serem respondidas em duplas. "Sobre os intermináveis conflitos entre palestinos e judeus, responda: a) Quais seus principais motivos? b) Quais são os principais obstáculos à paz entre esses povos? c) Que sugestões vocês dariam para uma paz duradoura entre palestinos e judeus?" (Livro C, p. 91). Vemos essas como questões simples e bem abrangentes, que poderiam suscitar diversas análises diferentes dependendo da forma como o educador utilizar este livro didático.

A obra apresenta informações relevantes para a compreensão da temática objeto de análise da presente. Entretanto, embora o tema Israel-Palestina esteja situado no capítulo

³³ BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 86.

³⁴ BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 87.

dedicado à Primeira Guerra Mundial (1914-18), em sua contextualização histórica não abordou o Sionismo, que estava em pleno fortalecimento nesta época. Este movimento foi o grande promotor da imigração judaica europeia para a Palestina, e principalmente, o organizador da tomada do território palestino, já nas primeiras décadas do século XX. Esta lacuna de informação, em nosso entendimento, se mostra bastante importante.

Dos termos/conceitos propostos para análise, seis aparecem de maneira direta no decorrer da obra (Resistência, Terrorismo, Acordo, Campos de Refugiados, Autoridade Palestina e Religião), um de maneira indireta (Diáspora Palestina) e sete não são abordados (Orientalismo, Colonialismo, Nakba, Shoah, Apartheid, Limpeza Étnica e Sionismo). Podemos notar a partir das ausências dos termos dois fatores, a primeira que em obras futuras seria interessante uma atualização dos conceitos históricos debatidos mais recentemente dentro da acadêmia, pois, já partindo para o segundo fator, a perspectiva a respeito deste contexto histórico está aos moldes da narrativa criada pelo Estado de Israel e propagado pelas grandes mídias. Contudo, existem alguns fatores, como diferença militar no contexto das Intifadas e a apresentação de movimentos e lideranças palestinas que contribuem para um entendimento da resistência palestina.

Considerações

Encerrando este Trabalho de Conclusão de Curso, traçaremos um paralelo entre os livros didáticos analisados. Podemos constatar algumas diferenças entre eles. Apenas o Livro A separa um capítulo para tratar do Oriente Médio. O Livro B, põe a temática em meio a outros contextos, como a África e a Ásia, fazendo com que haja uma grande simplificação do conteúdo. O Livro C, trata do tema em um capítulo dedicado à Primeira Guerra Mundial, o que de certa forma é interessante, pois este acontecimento afetou diretamente a História da Palestina. Por outro lado, sua perspectiva está focada nas ações da Europa sobre Oriente Médio, deixando os processos referentes à população palestina em segundo plano bastante reduzido. Dentro de todos os recortes de conteúdos que devem ser feitos na produção de um livro didático, entendemos que dedicar um capítulo para o Oriente Médio e um subcapítulo onde se aborda o processo de colonização da Palestina por Israel, mesmo que seja de forma enxuta, é a melhor proposta para uma educação multicultural.

As narrativas produzidas nas três obras seguem uma mesma linha de análise, que não se detém no processo de imigração e tomada inicial do território palestino pelos sionistas. Acreditamos que este é um ponto muito importante, que deveria ser valorizado. Futuras obras poderiam ser revisadas quanto à abordagem desta parte do tema. Outra questão que necessita atenção e revisão é a recorrente justificativa do Holocausto como o principal fator para a criação de um Estado judeu. A Solução Final do nazismo, com certeza, proporcionou um aumento da imigração judaica na Palestina e um grande desconforto das nações europeias pela culpa da permissividade deste extermínio. É necessário colocar que o Estado de Israel, conforme contextualização histórica feita no Capítulo 2 estava sendo previamente construído e suas bases, principalmente o apoio das potências europeias, já estavam dadas desde pelo menos a Declaração Balfour (1917). Entendemos também que os próximos livros didáticos de História, a serem publicados, deveriam trazer a definição de Nakba e abordar a realização do Plano Dalet. Estes elementos são fundamentais para o entendimento do processo de expulsão dos palestinos de suas terras. Fazemos esta observação tendo em vista que nas três obras a Primeira Guerra Árabeisraelense é apresentada como fator os imigrantes/colonos judeus invadirem e tomarem parte dos territórios palestinos garantidos na partilha da ONU.

Um fator interessante que é abordado nas três obras é a fundação da OLP e a importância de Yasser Arafat, que inclusive tem fotografias presentes nos objetos analisados, e esse é um elemento muito importante para a compreensão do que é a resistência palestina e quem a faz.

Além disso, são tratados temas como as Intifadas, que foram momentos de manifestações populares, realizados por jovens e mulheres. Todos esses elementos são importantes pois da história do povo palestino e seu processo de resistência, claro que, dentro das informações que são disponibilizadas, os educadores teriam que complementar e aprofundar determinados debates, mas como ferramenta didática, a apresentação destes elementos é muito importante.

Os três livros didáticos buscam fazer com que os educandos reflitam sobre o processo de paz na região, abordando os empecilhos para que ela possa ser alcançada ou propondo que os discentes elaborem suas próprias soluções para o conflito. Mas, é necessário que ocorra uma mudança de perspectiva nas abordagens. Para pensar uma possibilidade de paz é necessário compreender o colonialismo imposto por Israel. As obras analisadas colocam no centro das hostilidades os radicalismos e fundamentalismos religiosos de ambas as partes. Não queremos desconsiderar por completo o peso da religião, mas apontamos que o foco da compreensão do conflito e o pensar, junto com os educandos, possibilidades de paz, deve passar por questões políticas, econômicas e sociais, que remontam a um processo de colonização realizado por uma população europeia em um território árabe de maioria muçulmana. Os radicalismos religiosos, que podem alimentar o conflito, são fruto de uma disputa entre colonização e resistência. Qualquer movimento para pensar a paz deve partir deste princípio.

De maneira geral, a construção da linguagem feita por essas obras está adequada à faixa etária que consumirá os livros, tendo nas imagens uma ferramenta que ajuda na visualização daquilo que está sendo descrito no texto principal, da mesma forma os mapas se prestam bem para auxiliar na localização geográfica.

Abordaremos agora como os termos selecionados fundamentos compreensivos sobre o conteúdo foram apresentados nas três obras. Iniciamos por “Orientalismo”, que não consta em nenhuma das obras. Este conceito é fundamental para entendermos a forma como as potências europeias e o Estado de Israel pensam e tratam as populações árabes. Abordar este conceito é fundamental para fazermos uma educação multicultural, pois ele ensina como nós, ocidentais, criamos um oriente imaginado como atrasado, bárbaro e violento. Através dele podemos desconstruir estereótipos e preconceitos.

O “Colonialismo” também não é abordado nos subcapítulos analisados. Contextualizar esse conceito em relação a Palestina é importante para compreendermos a existência do Mandato Britânico e a criação de Israel, bem como sua política de Estado em relação aos povos árabes e, principalmente, a população palestina. A “Resistência” se apresenta nos livros A e C, e é pertinente para entendermos a forma como a população palestina vive desde a tomada de seu

território pelo movimento sionista. Este é um conceito muito relevante para o entendimento de ações violentas utilizadas pelos palestinos que, muitas vezes, embora seu impacto destrutivo, tem como função chamar a atenção da comunidade internacional. O termo “Terrorismo”, se apresenta nos livros A e C, só que de maneiras distintas. No livro A, os autores tratam como uma forma dos palestinos serem ouvidos, no Livro C, se apresenta como uma ação realizada por grupos fundamentalistas islâmicos, associando o terrorismo à religião. Esta relação, dependendo da forma que é posta, pode gerar um entendimento islamofóbico. Interessante perceber que o movimento sionista realizou diversos atentados terroristas contra o Mandato Britânico e contra a população palestina indefesa, mas isso não foi abordado nesta obra, sugerindo, implicitamente, que está é uma atitude islâmica.

O termo “Acordo” foi abordado nas três obras, dada a importância do Acordo de Oslo para o entendimento deste recorte histórico e na construção de uma narrativa didática, que faz com que os educandos reflitam sobre mediação de conflitos e a busca pela paz. Isto se faz importante, tendo em vista que a educação não serve apenas para uma compreensão do conteúdo em si, mas para ações que possam ser trabalhadas no decorrer da vida de cada aluno, fora e dentro do ambiente escolar. A “Nakba” não foi abordada no decorrer das narrativas produzidas nos três livros didáticos, o que cria uma importante lacuna na compreensão da construção do Estado de Israel. Mas, temos o entendimento que esse é um tema recente na historiografia, pois não faz muito que os estudos sobre o Mundo Árabe e Islã começaram a se desenvolver no ambiente acadêmico brasileiro. Caberia ao educador, como pesquisador, trazer e explicar em sala de aula a relevância desse elemento para a história da Palestina e do povo árabe. Temos a “Shoah”, que é colocada de maneira indireta, nos três livros analisados, através da perseguição promovida pelos nazistas contra os judeus e do Holocausto. De forma equivocada este conceito sempre aparece como a principal justificativa para a imigração dos judeus europeus para a Palestina. Fica como proposta que estes eventos traumáticos, *Shoah* e *Nakba*, sejam explorados em sala de aula, independente de serem abordados ou não nos livros didáticos. Acontecimentos como estes formam cicatrizes profundas em determinadas culturas, sendo passadas de gerações para gerações e, em parte, determinam o comportamento destas culturas frente as outras, frente ao mundo. Conceitos como *Shoah* e *Nakba* propiciam o entendimento de uma memória histórica coletiva.

O debate acerca do “Apartheid” não se faz presente em nenhuma das obras, e cria outra lacuna no entendimento de como a população palestina vive nos dias de hoje. Através desse conceito podemos entender melhor de que maneira o Estado de Israel trata os árabes, que vivem

sob seu domínio e também a segregação imposta aos árabes pelos judeus. Somente com *Apartheid* podemos conceber a criação de postos de controle do exército israelense dentro dos territórios palestinos; proibições de livre circulação para os árabes; contenção da população árabe em “guetos” circunscritos por muralhas; controle completo e limitação de acesso a água, a energia elétrica, medicamento, alimentos, estudo e trabalho.

A “Diáspora Palestina” é um termo que não se apresenta em nenhuma das três obras analisadas, porém, seu conceito, que seria a dispersão da população palestina, principalmente entre os países árabes vizinhos, é abordada em alguns momentos no corpo dos textos dos três livros, tendo o livro A apresentado uma fotografia (Imagem B). Relacionado ao movimento de fuga, temos “Campos de Refugiados”, que se apresenta nos livros A e C, sendo um elemento relevante para a compreensão da tragédia humana vivida por essas pessoas. Porém, não houve uma problematização do que são esses locais, cabendo ao educador buscar maiores informações sobre essas zonas de refúgio da população palestina.

Dois temas correlatos abordados em todas as obras são a “Autoridade Palestina” e o “Acordo de Oslo”, tratados em diversos momentos, sempre como uma ponte para entendermos um contexto mais atual sobre as relações entre Israel e Palestina. A criação da Autoridade Palestina se dá durante o Acordo de Oslo e ambos representaram, durante um curto espaço de tempo, uma luz no fim do túnel, ou, o fim das hostilidades.

A “Limpeza Étnica” foi um termo que não se apresentou nas narrativas das obras didáticas. Possivelmente por uma escolha dos autores, mas também por este debate, especificamente relacionado à população palestina, também seja recente na historiografia. Somente a partir da década de 90 do século XX, historiadores israelenses, como Illan Pappé, considerados revisionistas (Os Novos Historiadores), passaram a utilizar esse termo para o processo de constituição do Estado de Israel. Novamente, caberia ao professor trazer para aula a condução deste conceito, pois acreditamos ser este conceito um ponto chave para o entendimento dos ideais sionistas de criação de um Lar Nacional Judeu, como de grande parte de toda violência sofrida pela população palestina até os dias de hoje. Temos como provedor de todo processo o “Sionismo”, que foi apresentado nos livros A e B, embora de maneira muito superficial, apenas pontuando o momento em que se desenvolve este movimento político e sua proposta de criação de uma pátria para os judeus. A não problematização dos ideais de pureza étnica e superioridade racial, que esse movimento defende, anula o caráter colonialista e fascista adotado frente às populações árabes da região. Compreendemos que este movimento tem que ser revisto e devidamente problematizado em obras didáticas futuras.

Por fim, como último conceito, temos a “Religião”, que se apresentou nos livros A e C, de duas maneiras diferentes. A primeira (A), sendo uma justificativa para as desavenças entre árabes muçulmanos e judeus israelenses, tem a disputa pela Terra Sagrada como o principal viés do “conflito”. A segunda (C) coloca que devido a violência adotada por praticantes das duas religiões, não é possível chegar a um acordo de paz que efetivamente contemple as duas populações. Sabemos que a religião tem uma importância neste contexto histórico, mas existem motivos bem mais relevantes, como o próprio colonialismo, que realmente impulsiona e interfere efetivamente para que o governo de Israel continue avançando com seu projeto de controle territorial. O colonialismo está vinculado a questões econômicas, políticas e militares.

Acreditamos que esse tema ainda é recente dentro das pesquisas historiográficas brasileiras, e mais recente ainda dentro de um âmbito do Ensino de História, destacamos que levantamos algumas questões que são importantes para a compreensão do tema, mas que, por escolhas, tivemos que abrir mão de abordar outros, desta forma não tratamos esta como uma análise final, e sim como uma contribuição para o desenvolvimento de pesquisas futuras tanto no Ensino de História da Palestina como para o Ensino de História do Mundo Árabe.

OBRAS DIDÁTICAS ANALISADAS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania - 9º ano: ensino fundamental*, Editora FTD, São Paulo, 2018. **(Livro C)**

COTRIM, Gilberto & RODRIGUES, Jaime. *Historiar - 9º ano: ensino fundamental*, Editora Saraiva, São Paulo, 2018. **(Livro B)**

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. *História. doc - 9º ano: ensino fundamental*, Editora Saraiva, São Paulo, 2018. **(Livro A)**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. *A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: os Acordos de Oslo à Primavera Árabe*, História (São Paulo) v. 33, n.2, jul./dez., 2014. (p. 14-36)

AGUIAR, Paula Hohgrawe de. *Os acordos de Oslo (1993) - consequência e causa da Intifada*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ALSHBOUL, Qasem; MOHAMMED, Ayman. *Las leyes de Israel: democracia teórica y racismo practico*. In. Nómadas. Critical Journal of Social and Juridical Sciences, vol. 13, núm. 1, 2006 Euro-Mediterranean University Institute / Roma, Itália, 13pp.
Disponível em: file:///C:/Users/reand/Downloads/ecob,+NOMA0606120065A.PDF.pdf

BALESTERO, Jorge Augusto. “*O que eles querem é o meu silêncio*”: *Considerações em torno da narrativa de resistência de Edward Said*, Revista Landa, v. 2 Nº 1, 2013.

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, Rio de Janeiro, 2004.

BERTOLINI, João Luis da Silva. *Manuais Didáticos e as Mediações entre Cultura Histórica e Cultura Escolar: O Caso da Narrativa sobre o Islã em Manuais Didáticos Brasileiros e Portugueses*, tese de doutorado - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*, Editora Cortez, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa; MISTURA, Leticia. *Análise de Conteúdo e Análise de Discurso na pesquisa em ensino de História*. In: ANDRADE, JULIANA ALVES; PEREIRA, NILTON MULLET (Orgs.). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*, Editora Oikos, 2ª edição - E-book, São Leopoldo, 2021. (p. 153-167)

CENTENO, Yasmin Fagundes. *Livro Didático e Ensino de História: Dizeres Acadêmicos e Dizeres Escolares*, Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Pampa, 2020.

DOTOLE, Ana Gabriela Farah. *A cobertura jornalística da Segunda Intifada pela Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo*, Revista Anagrama, v. 2, Julho-Dezembro de 2020.

ESPERANÇA ROCHA, Ivan. *O conflito Israelo-Palestino: Entre o Passado e o Presente*, Florianópolis, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Editora Paz e Terra, 17ª edição, Rio de Janeiro, 1987.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, tradução de Marcelo Brandão Cipolla, Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2013. (p. 25-63)

HUSEIN, Muhamad Subhi Mahmud Hasan. *A Intifada como gesto*, tese doutorado – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2019.

LEAL, Juliana Brito Santana; FRANÇA, Juliana Hungria. *A Intifada como Luta pela Emancipação do Subjugo Israelense e a Inserção no Sistema Internacional*, Revista de Estudos Internacionais (REI), v. 5, 2014. (p. 137-149)

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. n-1 edições, 2018. (p. 5-41)

MISLEH, Soraya. *Al Nakba: um estudo sobre a catástrofe da Palestina*, Editora Sundermann, São Paulo, 2017.

MUNAKATA, Kazumi. *O livro didático como mercadoria*. Pro-Posições, v. 23, n. 3 (69), set./dez., 2012. (p. 51-66)

OLIVEIRA, Fabiany de Cássia Tavares. *Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa*, Editora UFPR, Educar, Curitiba, n. 28, 2006. (p. 201-216)

OMER, Mohammed. *Em Estado de Choque*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

PAPPÉ, Ilan. *A Limpeza Étnica da Palestina*, Editora Sundermann, São Paulo, 2017.

RESENDE, Fernando Antônio & ROSSIGNOLI, Leticia. *O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946)*, Galaxia (São Paulo, Online), n. 30, dez. 2015. (p. 86-98)

RÍOS, Ana Maria Beleño. *El discurso de Hamás como elemento perpetuador del conflicto Israel – Palestina a partir de la segunda intifada*. Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario, Bogotá, 2009.

SAFATLE, Vladimir. *Bem vindo ao Estado Suicidário*. N1-Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>

SAHD, Fabio Bacila. *Edward Said e os Paralelos entre a ocupação da Palestina e o Apartheid na África do Sul*, Hist. R., Goiânia, v. 25, n. 3, p. 89–110, set./dez., 2020.

SAID, Edward W. *A Manhã Seguinte*, Site MPPM, Outubro, 2018. Disponível em: [«A Manhã Seguinte», por Edward Said | MPPM \(mppm-palestina.org\)](#)

SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*, Editora UNESP, 2012.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, Companhia de Bolso, 2007. (p. 41-83)

SANTOS, Rafael Baêta Leal dos. *A Primeira Intifada Palestina na visão de Joe Sacco: O jornalismo em quadrinhos na análise da Questão Palestina*. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, Brasília, 2012.

SOARES, Jurandir. *Israel x Palestina: as raízes do Ódio*, Editora da UFRGS, Porto Alegre, 1991. (p. 21 à p. 51)